

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

EVELLYN TAÍANE BRAGA DOS SANTOS

RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
ACERCA DO ESTUDO NO BRASIL

Rio de Janeiro
2023

EVELLYN TAÍANE BRAGA DOS SANTOS

**RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
ACERCA DO ESTUDO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Prof.^a Ma. Nadir Ferreira Alves

Rio de Janeiro

2023

Ficha catalográfica

025.32 Santos, Evellyn Taiane Braga dos
S237r Recursos : descrição e acesso (RDA) : uma revisão bibliográfica
acerca do estudo no Brasil / Evellyn Taiane Braga dos Santos. -- Rio
de Janeiro, 2023.
91 f.

Orientadora: Nadir Ferreira Alves.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis, Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de
Informação, 2023.

1. Recursos: descrição e acesso. 2. Código de catalogação.
3. Pesquisa bibliográfica. 4. Representação descritiva. 5. Brasil.
I. Alves, Nadir Ferreira. II. Título.

Catálogo elaborado por Nadir Ferreira Alves – CRB7-2553

EVELLYN TAÍANE BRAGA DOS SANTOS

**RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA): UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
ACERCA DO ESTUDO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2023.

Prof.^a Ma. Nadir Ferreira Alves (CBG/UFRJ)
Orientadora

Prof.^a Dra. Maria José Veloso da Costa Santos (CBG/UFRJ)
Membro interno

Prof.^a Ma. Carla Beatriz Marques Felipe (CBG/UFRJ)
Membro interno

*Para minha mãe, Elenilza.
Para meu pai, Alcício.
Sem vocês nada seria.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de viver mais um dia, possibilitando que eu possa provar de sua graça, sustento e abundância sem fim.

Aos meu incríveis pais, agradeço pelo amor sem limites, dedicação interminável, apoio desmedido à minha educação, alicerce inenarrável aos meus desafios e amizade absoluta.

Aos docentes da Universidade, agradeço pela aprendizagem ao longo desta jornada de ensino, a generosidade sem tamanho por compartilharem seus conhecimentos científicos.

Meu agradecimento pelo conhecimento que disponho, sobretudo pela área que mais amo na Biblioteconomia, a Catalogação, concedo às professoras que estimularam essa adoração, sendo elas: a professora Carla Beatriz; a professora Maria José; e a professora Nadir Ferreira, que mais esteve comigo, na monitoria de Representação Descritiva e na orientação do meu Trabalho de Conclusão de Curso, quando pude experimentar com mais profundidade o processo de catalogar dentre outros documentos existentes, um dos diversos paraísos, o livro.

A gratidão e carinho distribuo a todos os envolvidos.

“A única coisa que você absolutamente precisa saber é a localização da biblioteca”
(Albert Einstein, 1879-1955).

RESUMO

A introdução da nova norma, intitulada como Recursos: Descrição e Acesso, parte de uma nova perspectiva para o progresso da Catalogação. O presente estudo busca discorrer, a partir da construção de um panorama histórico da Catalogação internacional e nacional, também desenvolver um estudo bibliográfico sobre os elementos que inteiram a área, de igual forma, apresentar os modelos conceituais que alicerçam o desenvolvimento da norma RDA. No intuito de analisar sua propriedade técnica em território brasileiro, desvela-se uma pesquisa em base de dados nacional, aferindo as produções científicas sobre a RDA e a identificar as fontes de disseminação da informação que compartilham o conhecimento científico sobre a nova norma dentro da dimensão de pesquisas no Brasil. Um dos instrumentos da representação descritiva, e com base no entendimento das experiências vivenciadas em torno do estudo revelados a partir dos trabalhos apresentados sobre a norma, admite-se a necessidade de disseminar a aplicação dessa prática que auxilia no ramo do conhecimento. Para tal, a fim de que possa ocorrer o desenvolvimento da RDA, recomenda-se que haja um aprimoramento do conhecimento quanto a nova técnica aos profissionais da área buscando uma educação continuada, pois ela trará mudanças nos cenários da Catalogação, ação imperativa para que suceda avanços na implantação da norma Recursos: Descrição e Acesso no país.

Palavras-chave: Recursos: descrição e acesso (RDA). Código de catalogação. Representação descritiva. Pesquisa bibliográfica. Brasil.

ABSTRACT

The introduction of the new code, entitled Resources: Description and Access, starts from a new perspective for the progress of Cataloging. The present study seeks to discuss, from the construction of a historical overview of international and national Cataloging, also to develop a bibliographic study on the elements that make up the area, in the same way, to present the conceptual models that underpin the development of the RDA standard. In order to analyze its technical property in Brazilian territory, a research in a national database is unveiled, assessing the scientific productions on the RDA and identifying the sources of dissemination of information that share scientific knowledge about the new norm within the dimension research in Brazil. One of the instruments of descriptive representation, and based on the understanding of the experiences lived around the study revealed from the works presented on the standard, it is admitted the need to disseminate the application of this practice that helps in the field of knowledge. To this end, in order for the development of the RDA to occur, it is recommended that there be an improvement of knowledge regarding the new technique to professionals in the area seeking continuing education, as it will bring changes in the Cataloging scenarios, an imperative action for it to succeed advances in implementing the standard Resources: Description and Access in the country.

Keywords: Resource Description and Access (RDA). Cataloging code. Descriptive representation. Bibliographic research. Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Tarefas de usuários	33
Quadro 2 – Sumário RDA.....	39
Quadro 3 – Instrução dos códigos	40
Quadro 4 – Designações dos apêndices RDA	40
Quadro 5 – Entidades FRSAD	42
Quadro 6 – Tarefas dos usuários IFLA LRM	44
Quadro 7 – Tarefas do usuário	46
Quadro 8 – Identificação das entidades no IFLA LRM.....	47
Quadro 9 – Hierarquia da entidade	48
Quadro 10 – Hierarquia de atributos	49
Quadro 11 – Hierarquia dos relacionamentos	51
Quadro 12 - Comparação entre os códigos	53
Quadro 13 – Exemplo de registro bibliográfico no MARC 21	54
Quadro 14 – Desenvolvimento IFLA LRM.....	61
Quadro 15 – Comparação entre os códigos AACR2 e RDA	65
Quadro 16 - Exemplo de registro bibliográfico no MARC 21.....	68
Quadro 17 – Termos de busca.....	75
Quadro 18 – Termos indexados na BRAPCI	75
Quadro 19 – Delimitação dos termos de busca do RDA	77
Quadro 20 - Duplicidade na busca dos termos.....	78
Quadro 21 – Categoria dos resultados diante dos dois dos termos elencados	79
Quadro 22 – Fontes publicadoras.....	81
Quadro 23 – Coleta das publicações por ano	83
Figura 1 – Conceito de Cutter para o objetivo do catálogo.....	34
Figura 2 – Entidades RDA	61

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Porcentagem das publicações	80
Gráfico 2 – Número de publicações por ano	83

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA	15
1.3	OBJETIVOS	16
2	PANORAMA HISTÓRICO DA CATALOGAÇÃO	17
2.1	TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO NO BRASIL.....	23
3	DOS PRINCÍPIOS ÀS PRÁTICAS: TÉCNICAS DA CATALOGAÇÃO	32
3.1	MODELOS CONCEITUAIS: FRBR, FRBRoo, FRAD, FRASAD E LRM	32
3.1.1	Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)	35
3.1.2	Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos Objeto-Orientado (FRBRoo)	37
3.1.3	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)	37
3.1.4	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD)	41
3.1.5	IFLA Modelo de Referência da Biblioteca (IFLA LRM)	43
3.2	CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO - 2ª ED. (AACR2).....	52
3.3	RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA).....	58
4	METODOLOGIA	74
4.1	COLETA DE DADOS	74
5	RESULTADOS ENCONTRADOS	77
5.1	ANÁLISE DOS DADOS	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é uma instituição milenar que possui a missão de disponibilizar o conhecimento através das informações contidas nos documentos existentes no acervo. Este por sua vez, ao ser organizado, armazena e dissemina através de produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas, buscando o atendimento às necessidades intrínsecas dos usuários. Segundo Mey e Silveira (2009, p.1) a biblioteca pode ser definida “[...] como instituição voltada a reunião (real ou ciberespacial), organização e disseminação do conhecimento registrado, não importando o nome pelo qual esta instituição se denomine”.

Para cumprir seu papel, a biblioteca organiza e trata tecnicamente seu acervo, sendo uma das atividades realizadas, o trabalho da catalogação que consiste em representar de forma padronizada as informações existentes nos recursos que se apresentam para serem catalogados. Atividade essa feita pelo profissional bibliotecário que processa e realiza a organização e recuperação do acervo, sua contribuição é fundamental para o cumprimento da missão da biblioteca. Com domínio das técnicas de elaboração das representações bibliográficas dos documentos, proporciona a recuperação da informação, seja ela física ou digital, buscando sempre uma maior clareza para o usuário através das manifestações dos registros do conhecimento.

Ao longo dos tempos a catalogação vem se adaptando, se ajustando e absorvendo as transformações trazidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Contemporaneamente vem ocorrendo mudanças nos instrumentos que dão suporte a organização e representação dos recursos a serem catalogados, essencialmente no que se refere ao ambiente digital. Com efeito, a catalogação, de acordo com Machado e Zafalon (2020, p. 17):

[...] é compreendida como um processo que considera o conjunto de aspectos descritivos e temáticos ou de assuntos, que favorecem os mecanismos de busca e recuperação do documento, e define elementos que permitem acessá-lo, local ou remotamente.

Desse modo, um dos instrumentos utilizados pela Biblioteconomia a fim de produzir a representação de um recurso que descrevesse os conteúdos informacionais, sobretudo em

ambientes digitais, é a nova norma de catalogação chamada Resource¹ Description and Access (RDA), traduzida para o português, Recursos: Descrição e Acesso (RDA)². Indubitavelmente, a chegada dessa nova norma impelida pelos avanços científicos e tecnológicos das TIC, a RDA foi projetada para corresponder às demandas decorrentes das mudanças nos suportes documentais. Oliver (2011, p. 2-3) propõe que:

A finalidade da RDA é servir de suporte à produção de dados robustos ou ‘bem-formados’, dados que possam ser gerenciados com o emprego tanto das tecnologias atuais quanto das estruturas de bases de dados surgidas recentemente e das tecnologias. [...] Ela define os elementos necessários à descrição e ao acesso, e oferece instruções sobre como formular o dado a ser registrado em cada elemento.

A RDA é resultado do progresso empreendido pela necessidade da representação dos recursos digitais, reexaminando os fundamentos da catalogação e as novas formas de acesso aos documentos, tipo de conteúdo, tipo de mídia, tipo de suporte.

Este recurso foi elaborado com o intuito de substituir o Anglo American Cataloging Rules, 2nd ed. rev., ou segundo a tradução, o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2. ed. rev. (AACR2r); o primeiro trabalho publicado do código ocorreu em 1967, com o Anglo-American Cataloging Rules (AACR); a segunda edição produzida em 1978 (AACR2); e a última revisão acontecendo em 2002 (AACR2r), sucedendo atualizações em 2003, 2004 e 2005 (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2013). Enquanto o AACR2 destaca o seu trabalho em descrições físicas, a estrutura da RDA sobressai tanto em descrições de recursos analógicos como digitais.

Nessa direção, “O RDA possibilita que os usuários de catálogos de bibliotecas e outras unidades de informação encontrem, identifiquem, selecionem e obtenham recursos apropriados para a informação que necessitam” (HATSEK; HILLESHEIN, 2015, p. 6-7).

Para tanto, essa nova técnica é cerne de enfoque para a área da Biblioteconomia, em que seu surgimento partiu de uma necessidade da catalogação desenvolver a descrição dos recursos

¹ “Para Tillett (2007b, p. 91), o termo resource (recurso) foi adotado para nomear o novo código por expressar melhor os materiais presentes em coleções de bibliotecas ou ‘as coisas que venham a ser parte do grande universo bibliográfico’. Desta forma, o RDA recebeu esse nome por ser mais abrangente do que os outros códigos de catalogação existentes e por propor um padrão inovador para descrever recursos e por ser projetado para acesso e uso em ambientes digitais” (HATSEK; HILLESHEIN, 2015, p. 6).

² A escolha desta tradução brasileira, sob o título original *Resource Description and Access*, se baseará no termo utilizado na obra de Oliver (2011), visto que há muitos termos variáveis sobre a nova norma empregadas na literatura nacional. E de acordo com Assumpção e Santos (2013, p. 204) são traduzidos e encontrados nas formas de: “Descrição de Recursos e Acesso, Descrição do Recurso e Acesso, Descrição e Acesso de Recursos, e Recursos: Descrição e Acesso”.

digitais, assim como tentar satisfazer às necessidades especiais dos usuários e facilitar seu uso e acesso. Em virtude da nova norma, a importância desse desenvolvimento é essencial para a colaboração da área e progresso da Ciência da Informação (CI)³, elaborando soluções ao expandir o campo da Catalogação.

À vista disso, no intuito de conhecer o tema a nível nacional, este projeto busca estudar as mudanças que impulsionaram a introdução da norma RDA, na produção científica do país. Para melhor entendimento, apresenta-se na seção “**2 PANORAMA HISTÓRICO DA CATALOGAÇÃO**”, um breve histórico envolvendo fatos da história da catalogação mundial e do Brasil, objeto específico de interesse desta pesquisa⁴.

1.1 PROBLEMA

A literatura consultada para elaboração deste projeto aponta que a partir de 2012 iniciaram-se no Brasil discussões sobre a prática da atividade de Catalogação no país, em tempos de internet. Questionamentos em torno da nova norma RDA, surge como objeto de estudos, sendo assim, nesse contexto surgiu a motivação desta pesquisa que por sua vez está inserida no processo transformacional da padronização dos registros informacionais.

A partir desse cenário se desperta neste pesquisador, dúvidas sobre como encontram-se as produções científicas nacionais acerca do tema RDA, como estão sendo conduzidas na construção dos serviços de catalogação e quais são as fontes bibliográficas que compartilham o conhecimento científico sobre a nova norma dentro da dimensão da pesquisa no Brasil?

1.2 JUSTIFICATIVA

Em meio aos avanços tecnológicos das TIC, o ambiente da catalogação percorreu um caminho de adaptações a fim de proporcionar melhorias no acesso e recuperação aos diversos suportes informacionais, tanto físicos como digitais, garantindo o armazenamento adequado e

³ O interesse em relação à CI em associação à Biblioteconomia, segundo Saracevic (1996, p. 49) “consiste no compartilhamento de seu papel social e sua preocupação comum com os problemas da efetiva utilização dos registros gráficos”.

⁴ Visto que a RDA surgiu em 2010, e no Brasil, somente a partir de outubro de 2012 começam as primeiras discussões através do evento “I Encontro Nacional de Catalogadores” (I ENACAT), promovido pela Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, juntamente com o “III Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação” (III EEPC). A título de curiosidade, para mais informações sobre os trabalhos apresentados nos Encontro Nacional de Catalogadores (ENACAT) e Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação (EEPC), acesse o site disponibilizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação (GEPCAT). Disponível em: <https://sites.google.com/view/gepcat/eventos?authuser=0>.

a disponibilização da informação necessária ao usuário. No mais, o assunto proposto neste trabalho, de interesse pessoal e por fins profissionais, busca explorar a nova norma da representação descritiva, Recursos: Descrição e Acesso (RDA) que irá promover impactos no tratamento e organização dos recursos informacionais, bem como na educação continuada dos catalogadores.

Diante da nova visão sobre os padrões descritivos informacionais, é indispensável a reflexão quanto à atuação do profissional bibliotecário nos processos dos registros informacionais, em que a nova norma ao ser implementada necessitará da contribuição do catalogador frente a descrição dos suportes, permitindo ao usuário a recuperação de sua busca. Dessa forma, perante o desenvolvimento da RDA, reconhece-se que os profissionais da área precisam aprimorar seu conhecimento quanto a nova técnica que trará mudanças nos cenários da catalogação.

No Brasil, a introdução da RDA ainda é um método de estudo das comunidades interessadas, desse modo, o propósito desta investigação possui uma relevância no entendimento acerca da temática, ao avaliar os avanços científicos sobre o objeto de estudo, e contribuir para a ampliação da representação da informação para a área da Biblioteconomia e Ciência da Informação no nosso país.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é estudar como a produção científica sobre a RDA vem sendo abordada no Brasil.

Os objetivos específicos da pesquisa buscam evidenciar as seguintes questões:

- a) relatar o histórico e evolução da catalogação;
- b) descrever os elementos que envolvem a constituição da nova norma;
- c) identificar como o termo RDA e seus correlatos podem ser encontrados na literatura nacional;
- d) levantar a produção científica acerca da temática RDA em base de dados nacional;
- e) traçar as fontes que alimentam o desenvolvimento do objeto de estudo.

Inicia-se a seguir, a seção que apresenta o histórico, a evolução e a trajetória da Catalogação ao longo dos tempos.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA CATALOGAÇÃO

Desde a Antiguidade, as bibliotecas existentes tratavam e ordenavam o seu acervo de maneira que auxiliasse na recuperação da consulta feita pelo indivíduo. No capítulo *Breve Histórico dos Catálogos e da Catalogação*, do livro de Mey e Silveira (2009), intitulado *Catalogação no Plural*, decorre o resumo de um apanhado descritivo dos eventos ocorridos da história dos catálogos e catalogação pelos estudos feitos por Ruth French Strout⁵ (1956).

Das tábulas de argila, papiros, pergaminhos, papel, os primeiros materiais da informação de que se tem registro, trouxe a concepção do meio de organização rudimentar do conteúdo, contribuindo para o método avançado à profundidade vivenciada no atual trabalho dos catalogadores. O modo como hoje observa-se a catalogação, a tarefa de representar um documento seguindo as 8 áreas definidas pela International Standard Book Description (ISBD)⁶, como: do título e indicação de responsabilidade, da edição, dos detalhes específicos do material, da publicação, da distribuição, da descrição física, da série, das notas, do número normalizado e dentre outras características, a fim de desempenhar um trabalho disponível à recuperação feita pelo usuário.

A biblioteca de Ebla, considerada a mais antiga, ordenava por conteúdo temático e resumo dos documentos (MEY; SILVEIRA, 2009). Nos períodos remotos, pode-se constatar a técnica na qual se organizavam os materiais documentais daquele momento.

Na Biblioteca de Assurbanipal em Nínive, foram encontrados mais de 20.000 tabletes dos registros bibliográficos realizados pelos indivíduos daquele momento, procedendo como o embrião do catálogo (MEY; SILVEIRA, 2009). De acordo com as proezas de sua construção da informação “[...] se referiam ao título, ao número da tábula ou volume, às primeiras palavras da tábula seguinte, ao nome do possuidor original, ao nome do escriba e a um selo, indicando-se tratar de propriedade real” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 60). Dessa forma, eram ordenados na prática, os textos que se aproximam ao exercício da atualidade para fins de recuperação.

Na Biblioteca de Alexandria, um sábio que marca a história do catálogo, com o *Pinakes*⁷, buscando padronizar os documentos com a seguinte produção:

⁵ STROUT, R. F. The development of the catalog and cataloging codes. **Library Quarterly**, v.26, n. 4, p. 254-275, Oct. 1956.

⁶ A Norma Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD), de 1969, resultado do trabalho de Michael Gorman, dispõe de uma “[...] sistematização da ordem dos elementos em áreas de representação, com pontuação específica e padronizada, facilitando o reconhecimento da informação por máquinas” (CARVALHO; SANTOS; ALVES, 2012, p. 215).

⁷ Considerado o primeiro catálogo de que se tem registro.

O impulso inicial é dado por Calímaco (c. 310-243) [...] Teria, a partir dos anos 270, estabelecido as listas gerais da coleção e inaugurado assim a construção de metadados servindo para facilitar a utilização da biblioteca para enriquecer seus conteúdos: os 120 volumina dos *Pinakes* constituem as “tabelas dos autores ilustres em todos os campos do conhecimento e de suas obras” (BARBIER, 2019, p. 47).

Na Idade Média, no século VI, em Monte Cassino, nos mosteiros beneditinos, segundo Araújo (2004), São Bento incorporou o trabalho de cópia dos livros reproduzidos pelos monges, a tarefa das listas de obras a partir dos catálogos:

[...] os catálogos de muitas bibliotecas monásticas revelaram certa uniformidade no agrupamento dos códices: as Sagradas Escrituras encabeçavam a lista, seguida das obras dos Doutores da Igreja, pela ordem alfabética do autor; depois, vinha a coleção miscelânea da literatura sagrada e, por último, era registrada a literatura profana, inclusive de autores pagãos, separados por assuntos bem definidos (ARAÚJO, 2004, p. 140).

No século IX, a biblioteca de Richenau, na Alemanha, agregou um trabalho importante, e conforme Mey e Silveira (2009, p. 64) ao reunir vários catálogos que “indicavam as obras contidas em cada volumes e o número dos volumes ou rolos em cada obra contida.” Outro importante momento do catálogo, se localiza no mosteiro de Saint Requier, em 831, na França, que por ordem de Louis le Debonnaire, destacam que a tarefa estava em organizar por autor, apesar de que não estruturado em ordem, registrava o conteúdo dos volumes e o número dos volumes relativos a uma obra (MEY; SILVEIRA, 2009).

No século XIV, o convento de Saint Martin, em Dover, na Inglaterra, apresenta uma lista, em que era composta por três seções, e pode-se evidenciar que a terceira seção trouxe um significativo avanço para a área da catalogação (MEY; SILVEIRA, 2009). Isso posto, “incluía análises das partes (entradas analíticas) e uma lista alfabética, às vezes por autor, outras de título e autor e outras, ainda de palavras genéricas, como ‘livro’, ‘parte’ ou ‘códice’” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 65).

No século XV, em Berka, na Alemanha, surgem os registros de remissivas, através de um catálogo organizado por Amplonius Rating. Já no final do século, na Alemanha, há o desenvolvimento da bibliografia que continha um índice alfabético de autor no apêndice e

construída por ordem cronológica, compilada por Johann Tritheim (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 66).

No século XVI, na Inglaterra, em Yorkshire, o convento de Bretton registra os editores e tradutores das obras. No mesmo período, em Zurique, Suíça, Konrad Gesner, considerado como o “pai da bibliografia”, publicou uma bibliografia por autor e índice de assuntos, nesse ínterim, publicou uma obra com instruções para o ordenamento dos livros na biblioteca, desenvolvendo um sistema de classificação (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 66). Em 1595, compilado pelo inglês Andrew Maunsell, apresentado por um catálogo dos livros ingleses impressos, propôs a entrada dos nomes pelo sobrenome, propondo que uma obra pudesse ser encontrada também pelo assunto e pelo tradutor (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 67).

No século XVII, trazendo alguns progressos consideráveis, Sir Thomas Bodley, em 1598, por sua reestruturação da biblioteca da universidade de Oxford, na Inglaterra, conhecida também como a Biblioteca Bodleiana, foi organizada por Bodley um código de catalogação (MEY; SILVEIRA, 2009). Nesse sentido, segundo Mey e Silveira (2009, p. 67) “[...] indicava o arranjo sistemático, com um índice alfabético organizado pelo sobrenome dos autores, e incluía as entradas analíticas”. Nessa altura, um rumo que se tornou relevante para a área da Biblioteconomia, foi através do Gabriel Naudé, na França, em 1627, com seu trabalho *Advis pour dresser une bibliothèque*⁸, aconselhando a importância da ordenação das obras, ao apresentar as formas de organização dos catálogos e catalogação, recomendando que o catálogo fosse dividido por autores e por assuntos. No ano de 1697, em Paris, na França, Frédéric Rostgaard divulgou as normas sobre a organização do catálogo (MEY; SILVEIRA, 2009).

O século XVIII traz imensuráveis avanços, com o primeiro código nacional de catalogação, que por meio do processo desenvolvido pelo impacto da Revolução Francesa, conforme Mey e Silveira (2009, p. 69):

Os dirigentes revolucionários confiscaram as bibliotecas privadas dos nobres e do clero e as transformaram em bibliotecas de uso público, o que os obrigou a estabelecer, em 1791, normas para sua organização: o primeiro código nacional de catalogação.

E devido a essa revolução, foi utilizado “o uso de catálogos em fichas [...] Não propriamente por facilidade, mas devido à falta de papel, deveriam ser utilizadas as cartas de baralho para o registro das obras [...]” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 69).

⁸ A tradução da obra, *Conselhos para formar uma biblioteca*, Gabriel Naudé, 1600-1653.

O século XIX é marcado pelo prelúdio da história da catalogação moderna, promovidos por grandes nomes da área da Biblioteconomia, entre eles, alguns teóricos da catalogação descritiva que desenvolveram fundamentais trabalhos contribuindo para o aprimoramento do campo. Como as 91 regras, elaboradas por Anthony Panizzi, um bibliotecário do British Museum, em 1839 (MEY; SILVEIRA, 2009). Para Garrido Arilla (1999 apud MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 21):

[...] as regras foram criadas para orientar a elaboração de um catálogo alfabético, fundamentalmente de autores e entidades, que permitiria ao usuário a localização rápida e fácil de uma obra, assim como o agrupamento de obras de um mesmo autor com suas diferentes edições e traduções. Para ela, as regras de Panizzi (o primeiro código sistemático) estão mais orientadas à criação do catálogo do que para a descrição de documentos, como entendidas hoje.

Diversos outros nomes possuem associação aos eventos que colaboraram para a influência desses novos códigos, como o Charles C. Jewett, em 1850, com o Catálogo da Smithsonian Institution; da mesma maneira Mevil Dewey, em 1876, com a Classificação Decimal; assim como Charles Ami Cutter, em 1876, com *Rules for a dictionary catalog*; como também Paul Otlet e Henri La Fontaine, em 1895, constituíram o Institut International de Bibliographie (IIB); e também Carl Dziatzko, em 1899, com as Instruções Prussianas (MEY; SILVEIRA, 2009).

O século XX, destaca importantes serviços ao exercer papéis que evoluíram consideravelmente o campo, em vista disso, sobre este período:

[...] vem mudar a perspectiva dos códigos: a impressão e venda de fichas pela LC. Ao invés de cada biblioteca elaborar a própria catalogação de seus livros, a LC passou a vender suas fichas impressas às quais bastava que fossem acrescentados os cabeçalhos, também por ela indicados” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 73).

Nessa direção, a busca pela padronização na execução dos catálogos influenciou a expansão dos trabalhos científicos.

Com a participação dos pensadores da área, que desenvolveram estudos a fim de contribuir para o avanço do código de catalogação, resultando no processo da construção normalizada do mesmo. Dentre eles, é adequado mencionar as numerosas contribuições que as

Instruções Prussianas (1899), o Código da American Library Association – ALA (1908) e o Código Vaticano (1931), marcaram o desenvolvimento da catalogação. Algumas entidades concebidas no decorrer desse período, desenvolveram serviços revolucionários que ultrapassaram gerações e nações em prol da organização, moldaram a concepção da integração da informação, vistas hoje com atuação predominantes na Ciência da Informação.

A Federação Internacional de Associações Bibliotecárias (IFLA), em Edimburgo, no ano de 1927, é um exemplo de configuração das unidades de informação que trabalha em favor do aperfeiçoamento do processo da representação informacional. Outro organismo é a Unesco, que estabeleceu a padronização para as bibliotecas nacionais, por conseguinte, criou o programa de Controle Bibliográfico Universal (CBU), conduzido pela IFLA, atuando em bases cooperativas (MEY; SILVEIRA, 2009, p 74-76).

Marcado pelo progresso tecnológico das TIC, as possibilidades a que a representação é mobilizada nos ambientes em rede, na década de 1960, “assinala o surgimento do Projeto Marc (Machine Readable Cataloging, 1965-1966) e do Marc II (1968), pela LC” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 77). Doravante, são evidenciados atualizações e diversos formatos Marc.

Em 1961, ocorre um grande acontecimento com a “Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação”⁹, a aprovação da Declaração dos Princípios ou conhecido como os Princípios de Paris, neste evento, reunindo diversos representantes com um único objetivo, o interesse no desenvolvimento do código de catalogação, tratando de diversos tópicos e alguns deles foram: a decisão sobre os cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes, baseada no respeito e características de cada língua ou país; a discussão sobre os cabeçalhos para nomes de entidades coletivas, dentre outro debate (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 78).

Dessa forma, a partir das questões tratadas na conferência, começaram-se a adotar as instruções alterando o código, isso posto, desfruta-se do surgimento da primeira edição do Anglo-american cataloging rules (AACR) ou Código de catalogação anglo-americano¹⁰, em 1967; com a segunda edição deste, em 1978, com o AACR2; logo após, uma segunda edição revista, em 1988, com o AACR2r. Diversas revisões e novas edições foram empregados em anos posteriores, no decurso, surge o Resource Description and Access (RDA), em substituição ao AACR2 (MEY; SILVEIRA, 2009).

⁹ No site da IFLA, está disponível a tradução brasileira da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação. Disponível em: <https://www.ifla.org/resources/?oPubId=11015>.

¹⁰ Em 1969, houvera a edição no Brasil a partir da tradução para o português da versão norte-americana, sendo adotado em quase todas as instituições de ensino de biblioteconomia brasileira, dissipando a diversidade de códigos nesses recintos (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 78).

Em 1969, é realizado a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), e neste encontro destaca-se o trabalho de Michael Gorman, adicionando modificações ao código de catalogação, apresentando o:

International Standard Bibliographic Description [Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada], ou ISBD, que padronizava as informações contidas na descrição bibliográfica. Para tanto, Gorman sistematizou a ordem das informações e a pontuação utilizada antes de cada informação, de modo a tornar possível seu reconhecimento pelos computadores. A proposta de Gorman, após apreciação internacional, foi publicada em 1971 pela IFLA, como ISBD(M), isto é, para monografias. A ISBD, sim, representou um acordo no caminho da padronização. [...] esta aceitação internacional acarretou mudanças nos códigos de catalogação, que incorporaram essas novas edições (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 79).

A década de 1990, é assinalada com base no trabalho Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) [Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos]. Em suma, “os FRBR influenciaram o desenvolvimento de outros modelos conceituais para o universo bibliográfico e provocaram revisões das ISBDS e dos códigos de catalogação, tanto por sua base teórica quanto pela adoção de uma nova terminologia na área” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 87).

O século XXI, sustentado pelas ideias e estudos constituídos no período passado, revisões e novas atualizações foram incrementadas em trabalhos sobre os códigos de catalogação, nessa altura, encontros foram efetuados para discutir os novos princípios para a catalogação internacional. “Em cada encontro, apresentou-se uma nova versão daquela declaração, internacionalmente revista e divulgada em 2009 [...]” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 90). Nessa linha, menciona-se que o novo código de língua inglesa, o Resource Description and Access (RDA), pretende ser um código internacional (TILLET, 2007 apud MEY; SILVEIRA, 2009). Assim sendo:

Em 2004, o Joint Steering Committee for Revision of AACR, atual Joint Steering Committee for Development of RDA, iniciou o processo de revisão do código de catalogação anglo-americano, que resultaria em uma terceira edição das AACR, as AACR3. Entretanto, a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um novo sucessor das AACR2, a RDA (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 90).

De maneira sucinta, os trabalhos da catalogação remontam eras, e mediante o desejo de desenvolver os serviços de padronização dos documentos, membros que colaboraram com o campo manifestaram iniciativas com seus projetos e programas, em apoio com diversos representantes de cada país em torno do globo. A realização da organização documental proporcionou avanços científicos que atualizaram os novos suportes se fazendo compatível ao ambiente das inovações tecnológicas. Destarte, a subseção seguinte apresentará o cenário do ramo, instituído e impulsionado pelo progresso alcançado em território nacional.

2.1 TRAJETÓRIA DA CATALOGAÇÃO NO BRASIL

As primeiras bibliotecas de que se tem arquivadas, domiciliadas no Brasil, foram provenientes das ordens religiosas. Se instalando a partir da metade do século XVI, provindas pelos franciscanos, carmelitas, beneditinos e os jesuítas, esse último possuindo mais estudos sobre sua biblioteca (SILVA, 2008). Assim sendo, o trabalho da Biblioteconomia se faz presente desde esse período, produzidas pelos acervos de características divinas, cumprindo uma função de atender aqueles que fazem parte da vida sagrada e auxiliando ao povo.

A expansão do campo da Biblioteconomia, é atribuído à criação da Biblioteca Nacional, partindo de sua origem na Biblioteca Real da Ajuda, concedida pela Corte Real d'Ajuda, em 1808, com sua fundação oficial acontecendo, em 1810, e aberta ao público, em 1814; a biblioteca era regida pelos religiosos e só em 1846, um membro não religioso, Doutor em Medicina, passou a comandá-la (RUSSO, 2010, p. 58-59).

Caminhando nas ocorrências que delimitaram os avanços da consolidação entorno da área, no século XIX, sob administração de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, houvera o destaque no estabelecimento de um regulamento, em 1879; e a efetuação de concursos públicos, para o preenchimento de cargos, com notável preferência de bibliotecários (CASTRO, 2000, p. 48). Dessa forma, com relação a esse concurso, Dias (1955, p. 6 apud CASTRO, 2000, p. 48) “considera este concurso o marco inicial da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil”. Além disso, ao que se refere os profissionais, “[...] o termo bibliotecário passou a ser utilizado na Biblioteca Nacional, a partir de 1924 [...]” (CASTRO, 2000, p. 50).

No que concerne às bibliotecas, somente em 1825, é estabelecida a primeira Biblioteca Pública Oficial de São Paulo (CASTRO, 2000 apud RUSSO, 2010). “No final do Séc. XIX, surgem outras bibliotecas: a do Colégio Mackenzie, em 1886, e a da Escola Politécnica, 1894.” (RUSSO, 2010, p. 59). Expressa-se que a constituição do ramo no Rio de Janeiro está atrelada

à Biblioteca Nacional, enquanto em São Paulo, foi influenciado pela biblioteca escolar do Colégio Mackenzie (RUSSO, 2010). Nesse caminho, é referido o cenário da composição da Biblioteconomia em sua abrangência no território nacional,

Com o impacto que as bibliotecas dispuseram no país e o interesse pelos serviços concedidos nesse ambiente, favorecendo a integração dos membros especializando-se na área, posto isso, a catalogação e os estudos que remontam a área demoraram a se solidificar nacionalmente, e a partir do século XX, pode-se avistar sua ascensão.

A partir de 1911, foi criado o primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (MUELLER, 1985). O curso se iniciou em 1915, durando anos até se converter, em 1979, no atual curso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (RUSSO, 2010).

Na década de 1930, manifesta-se a importância dos estudos em um código nacional de catalogação, de modo que o autor Jorge Duarte Ribeiro, em 1934, apresenta sua obra em “Regras bibliográficas: ensaios de consolidação”, e sua iniciativa era estabelecer as normas de entradas para nomes pessoais (SILVA, 2007, p. 2). Nesse sentido, em busca de inserir uma padronização da representação dos documentos, e designar a implantação de um espaço que ressalte o desejo de sistematizar e habilitar o ramo em terra brasileira, nesse período, “[...] a Capital de São Paulo se consignou como pioneira no ensino da Catalogação, baseado no Código da American Library Association (ALA)” (SILVA, 2007, p. 2).

Reforçando o ensino da Biblioteconomia, em 1936, no Estado de São Paulo, surgia o segundo Curso de Biblioteconomia, ficando a cargo da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura, amparado pelo Instituto Mackenzie, sendo considerado como um curso de emergência para a formação de bibliotecários, posteriormente, com sua amplitude levou a ser apontado como a primeira escola regular de Biblioteconomia no Brasil (BANDEIRA, 2007).

Nessa direção, os cursos implementados no Brasil trouxeram significativos avanços não só para o ramo, como também um acréscimo no conhecimento dos indivíduos, graças ao progresso empreendido no país e aos membros que colaboraram com o seu incremento. E com o reconhecimento no desenvolvimento do ensino em nível nacional e outro serviço relacionado ao meio, um componente que devido aos seus trabalhos conseguiu expandir o campo com a iniciativa do curso e a formação da Associação Paulista de Bibliotecários (APB), em 1938, desse modo, é devido ao erudito Rubens Borba de Moraes, que:

[...] fundou o primeiro curso de biblioteconomia do Brasil, aberto não só aos funcionários da prefeitura de São Paulo, mas também a qualquer pessoa

interessada em organização e administração de bibliotecas. Nisso diferia do curso ministrado pela Biblioteca Nacional, desde 1911, dirigido especialmente aos funcionários e funções daquela instituição. Fundou a primeira associação profissional de bibliotecários, a Associação Paulista de Bibliotecários, primeiro passo em direção ao movimento associativo no Brasil na área de biblioteconomia (BANDEIRA, 2007, p. 1).

Na década de 1940, segundo Russo (2010, p. 60) enfatiza que esse período “se constitui em um cenário de desenvolvimento das modernas técnicas biblioteconômicas no Brasil”. Ocorrem importantes iniciativas entorno do empenho no código nacional, o que consiste no trabalho publicado, em 1941, pela Associação Paulista de Bibliotecários, com as “Regras gerais de catalogação e redação de fichas” (ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS BIBLIOTECÁRIOS, 1941 apud SILVA, 2007). Nessa época, contando com a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), contribuiu com a abertura de concursos especializados, criando novos postos de trabalho na área (RUSSO, 2010). Ademais, o DASP também desencadeia “[...] a criação de um serviço nacional de catalogação cooperativa: Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC)¹¹” (PORTAL DO CONSELHO..., 2009 apud RUSSO, 2010, p. 60).

No espaço de aperfeiçoamento, decorrera uma reforma da Biblioteca Nacional acerca do curso de formação de bibliotecários, capacitando não somente os membros que amparam suas necessidades como também para qualquer tipo de biblioteca (SILVA, 2007). Nesta altura, também há a implementação “[...] no Brasil, da ficha padrão 7,5 X 12,5 (centímetros), adotadas nos Estados Unidos desde o início do século XX. Daí, vão se moldar os catálogos bibliográficos brasileiros, bem como o aprendizado da catalogação” (SILVA, 2007, p. 3).

Indubitavelmente, contribuições no que diz respeito às bibliotecas foram empregadas neste século, a realidade a que os aspectos mantenedores da área aplicando seus serviços à comunidade, são incluídas no cenário, e conforme Arruda (1928 apud RUSSO, 2010, p. 61), a partir do “[...] conceito de ‘Bibliothecas Modernas’, as quais podiam ser frequentadas livremente por qualquer cidadão; [...] suas estantes eram abertas para consulta; [...] e, principalmente, contavam com bibliotecários para apoiar essas consultas”.

¹¹ “A década de 1940, também é marcada pela inovação dos processos técnicos no país. Introduzidas pela carioca Lydia de Queiroz Sambaquy. Sob sua inspiração – baseada na experiência da Library of Congress (Estados Unidos) – o DASP institui o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), com a finalidade de constituir um sistema nacional de catalogação cooperativa. [...] Recai ainda em Lídia Queiroz Sambaquy a iniciativa de introduzir a “Catalogação na Fonte”, em âmbito não comercial, anunciada nas publicações do DASP” (SILVA, 2007, p. 3).

Na década de 1950, são realizadas diversas conferências e congressos para discutir os caminhos do campo no Brasil, dessa forma, Russo (2010, p. 61), implica que:

[...] os primeiros eventos da área começaram a ocorrer na década de 1950, com a “Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina”, promovida pela Unesco, em São Paulo, em 1951; o “Primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal”, promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro, em 1953; e o “Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia”, realizado em Recife, 1954.

Neste evento, um momento que denota a definição das regras e sua aplicação, está no trabalho apresentando as “Normas brasileiras de catalogação, entrada de autores coletivos e nomes brasileiros”; pelo insigne professor Edson Nery da Fonseca, [...] que irá suscitar debates nas décadas seguintes, ou seja, a entrada para nomes brasileiros” (SILVA, 2007, p. 4). Nessa direção, é regulamentado também no ano de 1954, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)¹² que integra o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), e este em associação com o Instituto Nacional do Livro (INL), constituiu a “Comissão de Estudos de Catalogação”, do qual elaborou o Código de Catalogação Nacional (SILVA, 2007).

A década de 1960, traz significativas melhorias na Biblioteconomia, com a Comissão Brasileira de Catalogação (CBC) ligada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)¹³, e a presidente consistia em ser a professora Maria Luisa Monteiro da Cunha (SILVA, 2007). Partindo no impulso das mudanças na catalogação, mediante as organizações e associações criadas, no ano de 1962, “caracterizou-se pela uniformidade dos cursos desenvolvidos a partir do currículo mínimo”¹⁴ (FONSECA, [s.d.] apud MUELLER, 1985, p 3). Outrossim, também em 1962, “foi criado o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional, [...] sua oficialização só ocorreu em 1966” (RUSSO, 2010, p. 62).

A bibliotecária e professora Maria Luisa Monteiro da Cunha, em 1961, produz um projeto que remonta por anos um conteúdo que agrega utilidade relevante à padronização da

¹² Transformou-se no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no ano de 1976 (SILVA, 2007). Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br>.

¹³ Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB). Disponível em: <https://febab.org>.

¹⁴ Salientando sobre o Currículo Mínimo: “Foi promulgada a Lei nº 4.084/62, de 30/06/1962 e, depois, o Decreto nº 56.725, de 18/08/1965, fato que ocorreu em virtude de esforços de bibliotecárias, como Laura Garcia Moreno Russo que, com persistência e coragem, vinham trabalhando em prol da regulamentação da profissão, há vários anos” (RUSSO, 2010, p. 62).

catalogação, com os “‘Nomes brasileiros e portugueses: problemas e soluções’, apresentado na Conferência de Paris¹⁵, em 1961. O trabalho [...] Documento nº.13, e é incluído na edição brasileira do Código de Catalogação Anglo-Americano – AACR (1969), como apêndice n.8.” (SILVA, 2007, p. 6). No ano de 1969, desenvolveu-se a apropriação em território brasileiro da “[...] tradução em português da primeira edição do AACR, em 1969, por Abner Lellis Correa Vincentini em colaboração com Astério Campos. Inicia-se, portanto, um declínio no uso do Código da Vaticana e começa a busca pela padronização dos serviços técnicos.” (SILVA, 2007, p. 6).

Sumariamente, a autora Russo (2010, p. 61), conclui que:

O surgimento das entidades de classe no País, nas décadas de 1950 e 1960, foi marcante para a Biblioteconomia. Foram fundadas, nesse período instituições como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab), em 1959; a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), em 1962; e a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), em 1965.

Na década de 1970, no empenho da dedicação pela padronização, a elaboração dos trabalhos científicos e a instituição dos sistemas a fim de se adaptar às mudanças dos registros, e se adequando às melhores soluções de acordo com o cenário atual, logo, ampliando a necessidade de modificar suas estruturas, dessa forma:

Com a propagação da automação e a divulgação do projeto Machine Readable Cataloging (MARC), o SIC revê suas bases de atuação, e reformula-se em termos de automatização de suas atividades. Baseado no modelo desenvolvido pela Library of Congress, constitui-se o Projeto CALCO (Catalogação Legível por Computador)¹⁶, transformando-se em uma central de catalogação

¹⁵ “No início do Século XXI, a IFLA produziu uma nova declaração dos princípios (publicada em 2009), aplicável fundamentalmente, mas não unicamente, aos catálogos *on-line* das bibliotecas. A versão atual foi revisada e atualizada em 2014 e 2015, sendo aprovada em 2016. [...] A Declaração dos Princípios de 2009 substituiu e ampliou explicitamente o escopo dos Princípios de Paris, desde somente obras textuais para todos os tipos de materiais, e desde a escolha e forma do cabeçalho para todos os aspectos dos dados bibliográficos e de autoridades utilizados nos catálogos das bibliotecas. [...] A Declaração dos Princípios de 2009 substituiu e ampliou explicitamente o escopo dos Princípios de Paris, desde somente obras textuais para todos os tipos de materiais, e desde a escolha e forma do cabeçalho para todos os aspectos dos dados bibliográficos e de autoridades utilizados nos catálogos das bibliotecas” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016, p. 4).

¹⁶ “A adoção do formato CALCO (Catalogação Legível por Computador) passou a ser um dos objetivos da Biblioteca Nacional a partir de 1972, data de sua aprovação como dissertação de mestrado de Alice Príncipe Barbosa. Com esse objetivo, através do Convênio MEC/CNPq, a Biblioteca Nacional, em colaboração com o CIMEC; passou a desenvolver esse formato e lançou, em 1977, o primeiro manual de preenchimento. Em 1978,

automatizada que por mudanças de políticas institucionais deixa de existir em 1973, para o surgimento da Rede Bibliodata/CALCO (SILVA, 2007, p. 7).

A partir dos esforços em discutir a padronização da entrada de nomes brasileiros e portugueses, em Brasília, no ano de 1975, no oitavo evento do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), é aprovada pela comunidade bibliotecária a adoção de entrada pela última parte do sobrenome do autor. Decisão realizada pelo Grupo de Trabalho em Processos Técnicos (GTPT) da APB, em reaver o conteúdo a respeito das regras para autores brasileiros e portugueses em relação ao AACR (CARNEIRO, 1984, p. 4 apud SILVA, 2007, p. 8).

Outro acontecimento importante de realçar, é o empreendimento da bibliotecária Regina Carneiro, com a colaboração dos “[...] editores e livreiros brasileiros [...] Seus esforços contribuíram para: a uniformidade da catalogação em âmbito nacional, a melhoria do intercâmbio de informações bibliográficas no país; e o favorecimento dos serviços de bibliotecas localizadas no interior do Brasil [...]” (SILVA, 2007, p. 8). Também nessa época, é “caracterizada pelo fortalecimento e proliferação dos cursos, pelo crescente descontentamento em relação ao conteúdo do currículo mínimo, pela influência da tecnologia e pelo aparecimento dos cursos de pós-graduação” (FONSECA, [s.d.] apud MUELLER, 1985, p 3).

Na década de 1980, o código ainda é objeto de reexame, um assunto decorrido por processos, buscando amparar os profissionais no plano da catalogação descritiva, assim sendo “A FEBAB assina, em 11 de julho de 1980, acordo para autorizar a publicação do AACR (edição de 1978), em língua portuguesa. A tradução é efetivada em dois volumes. Em 1983 o volume 1 e em 1985 o volume 2, editado com o apoio do IBICT” (SILVA, 2007, p. 9).

É apontado que no ano de 1983 e 1984, a partir da organização do Grupo de Trabalho sobre processos técnicos, ao reunir-se na Biblioteca Nacional, elaboraram recomendações na formulação de cabeçalhos para entidades coletivas e nomes geográficos (SILVA, 2007). Isso posto, através da ampliação das inovações tecnológicas, mudanças nos formatos dos conteúdos, com base nas necessidades destes, partiu de uma reformulação que o “IBICT constituiu um grupo de trabalho para definir um formato de intercâmbio padrão, cujo objetivo é melhorar o intercâmbio de registros entre os sistemas existentes ou que viessem a ser desenvolvidos” (SILVA, 2007, p. 10).

após a compatibilização com o UNIMARC (MARC universal), foram divulgados os novos manuais de preenchimento” (ARONOVICH; ALVES; DIAS, 1985, p. 195).

Na década de 1990, as tecnologias impulsionam as transformações dos suportes, e as bibliotecas trabalham no processo do desenvolvimento nos serviços de catalogação. “O catálogo público de acesso online é um impacto da catalogação junto aos usuários de bibliotecas pela possibilidade de remotamente realizar busca rápida de informação” (OLIVEIRA et al., 1997, apud SILVA, 2007, p. 11).

No decorrer desse processo dos ambientes digitais, necessidades por parte dos centros de informação e discussões acerca dos registros bibliográficos, surgem os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) (MORENO, 2006 apud SILVA, 2007). Evidenciando o interesse e a amplitude dos ambientes tecnológicos, Silva (2007, p. 12), manifesta que:

Com as tecnologias emergentes, continua a discussão relativa ao problema do formato de intercâmbio para a catalogação cooperativa. Discussão também quanto às propostas de modelos para o estabelecimento e funcionamento de uma rede nacional de catalogação cooperativa descentralizada. O crescente interesse no envolvimento com redes cooperativas acontece por parte das bibliotecas universitárias estimuladas que são pela mudança tecnológica em direção a sistemas abertos (interoperacionável), e ainda, pela compatibilidade de formatos permissíveis ao intercâmbio informacional e a integração em redes (nacionais e internacionais).

À vista disso, modificações também são registradas para atender as tecnologias em rede, entre os anos de 1994 e 1996, onde “[...] são processadas mudanças na Rede Bibliodata/CALCO, em especial no formato dos registros bibliográficos, que passa de CALCO para USMARC, e deste para MARC21” (SILVA, 2007, p. 12). Porém, através das diversas alterações no Bibliodata, acaba se tornando o fim de um ciclo histórico e o começo de outro para a catalogação cooperativa (SILVA, 2007). Nesse ínterim, as bibliotecas “em especial as universitárias, começam associarem-se a partir de 1996 à OCLC (Online Computer Library Center), maior consórcio de bibliotecas do mundo, dedicada a prestar serviços bibliotecários computadorizados e de pesquisa [...]” (SILVA, 2007, p. 12).

Como o desenvolvimento tecnológico possui a carência de novos padrões, provocados pela produção de documentos eletrônicos, observa-se que o AACR (2ª edição), utilizado pelas bibliotecas brasileiras encontra-se defasado, nesse contexto, efetuam-se debates para resolver a questão da sua organização (SILVA, 2007).

Da década de 1990 ao ano 2000 a 2007, marca a crescente evolução da adoção de um recurso legível da catalogação pelo computador como o Marc, a progressiva automatização das bibliotecas, permitindo abranger melhores meios para o uso e acesso tanto do bibliotecário quanto do usuário (SILVA, 2007). Desse modo, no ano 2000:

[...] a Rede Bibliodata começa a desenvolver curso de ensino a distância, denominado EAD Bibliodata, o qual aborda: padrões em Biblioteconomia; automação de bibliotecas; AACR2 e pontos de acesso. Também desenvolve um sistema para o gerenciamento do catálogo coletivo, com a expansão da catalogação cooperativa on-line. (SILVA, 2007, p. 15).

Um acontecimento importante de citar, sobre o código de catalogação ainda utilizado no meio bibliotecário, é o AACR que teve sua renovação em 2003, permitindo a FEBAB tornar disponível aos profissionais bibliotecários brasileiros e aos países de língua portuguesa o novo Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, que teve sua revisão no ano de 2002 (ROSETTO, 2003 apud SILVA, 2007).

Como foi possível observar no exterior, o AACR, e posteriormente, adveio o AACR2, por conseguinte, foi criado para solucionar a elaboração da padronização dos itens bibliográficos. Diversas revisões e atualizações foram empregadas, e no Brasil foi aplicado tradução da obra segundo suas diretrizes. Notavelmente, foi constatado a necessidade de reexaminar o código em conformidade com os novos recursos eletrônicos avistados em ambientes digitais, como também a demanda de atender os usuários consoante a sua utilidade por intermédio dos documentos. Desta forma, conforme Machado e Zafalon (2020, p. 86):

A intenção inicial de atualização das regras do AACR2 mudou para a definição de uma proposta de elaboração de um novo código de catalogação, uma vez que as mudanças propostas como revisão seriam abrangentes. Esse é o contexto no qual se abriu mão da continuidade das revisões que originariam o AACR3 em prol da construção do novo padrão de catalogação, agora denominado Resource, Description and Access (RDA). Sob o encargo do, agora, Joint Steering Committee for Development of RDA, este padrão foi desenvolvido com a pretensão de atender às demandas oriundas do contexto tecnológico vivenciado nas últimas décadas.

Em síntese, no contexto de desenvolvimento constante das TIC, os rumos a que a área da Catalogação vem se ajustando e possibilitando que as práticas sejam trabalhadas no âmbito

da Biblioteconomia, conseqüentemente contribuindo para o enquadramento junto às entidades que sistematizaram a padronização dos registros bibliográficos. À vista disso, essa amplitude possibilitou que a predominância do campo influenciasse países, atualizando e adaptando o ensino, e no Brasil não foi diferente.

O objeto que definiu o interesse deste projeto, a norma Recursos: Descrição e Acesso (RDA), fornece apoio para o avanço na padronização. Em nível nacional, ainda se encaminha sua aderência nas instituições, e as produções científicas são impulsionadas por desafios, seja pela limitação de sua licença que possui um custo, seja pela adversidade da tradução. A partir da necessidade do usuário, ocasionou-se a RDA, refletindo sobre seu uso e acesso.

Mediante a isso, na seção seguinte apresentam-se os propósitos que justificam a elaboração das pesquisas desenvolvidas no país e, ao mesmo tempo, aponta contribuições para os profissionais catalogadores e as bibliotecas brasileiras sob o olhar contextualizado por esta pesquisa. Ao longo desta seção e das demais, o referencial teórico está apresentado por meio de um estudo descritivo sobre a definição da RDA a partir da visão de diversos autores, explorando seu conteúdo e demonstrando sua importância.

3 DOS PRINCÍPIOS ÀS PRÁTICAS: TÉCNICAS DA CATALOGAÇÃO

A nova norma, Resource Description and Access ou Recursos: Descrição e Acesso (RDA), consiste em implementar um processo de suporte à representação descritiva, “projetada para focar a atenção no usuário e nas tarefas que ele executa no processo de descobrimento de recursos” (OLIVER, 2011, p. 2). Em substituição ao AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano, 2ª edição), a nova norma, já empreendida como técnica de uso internacional, foi projetada para o ambiente digital em que a partir dos avanços tecnológicos, sua produção era definida para representar a estrutura das formas do tipo de conteúdo, tanto em materiais impressos quanto eletrônicos.

Para o melhor entendimento da RDA, está na relação com os modelos conceituais, o Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) [Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos], Functional Requirements for Bibliographic Records Object-Oriented (FRBRoo) [Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos objeto orientado], o Functional Requirements for Authority Data (FRAD) [Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade], o Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD) [Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto] e o novo modelo IFLA Library Reference Model (IFLA LRM) [Modelo de Referência para Biblioteca IFLA], além de apresentar elementos do AACR2, entre outros.

3.1 MODELOS CONCEITUAIS: FRBR, FRBRoo, FRAD, FRSAD, E IFLA LRM

Na década de 1990, a partir de um relatório realizado por um grupo de estudo, constituído pela IFLA Cataloguing Section, também atribuído pela participação de diversos colaboradores que representavam seus países, tratou-se de um assunto, os registros bibliográficos. No ano de 1997, houvera a aprovação do relatório final pelo Standing Committee on Cataloging da IFLA, e somente em 1998, foi publicado o FRBR (OLIVER, 2011). A partir da família FRBR, há um empreendimento para um modelo conceitual FRBRoo, produzida pelo CIDOC (International Committee on Documentation) com base no documento elaborado pelo CIDOC-CRM (International Committee on Documentation-Conceptual Reference Model), em conjunto com a IFLA (FUSCO, 2010 apud SOUZA; COSTA, 2020). No ano de 2006 o primeiro rascunho do modelo FRBRoo foi concluído (CIDOC CRM, [S.d], tradução nossa). Como uma extensão do modelo FRBR, pode-se apresentar o FRAD, produzido

pelo grupo de trabalho Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR) que publicou seu relatório final em 2009; e o FRSAD, que teve seu desenvolvimento publicado em um anteprojeto em 2008, o segundo em 2009 (OLIVER, 2011). Após o acontecimento de uma revisão mundial, o relatório final foi publicado no ano de 2010 (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Os modelos conceituais apontados se tratam de uma entidade-relação, dessa forma:

Considera-se ‘modelo’ como representação de algo; ‘conceitual’ implica a modelagem de coisas, processos ou abstrações, de forma a sintetizar e sistematizar sistemas, teorias ou fenômenos com vistas à aplicação. Por fim, utiliza-se o modelo E–R para o desenvolvimento de bases de dados relacionais, em contraposição às bases de dados hierárquicas. O modelo E–R identifica entidades, atributos e relacionamentos (CHEN, 1990 apud MEY; SILVEIRA, 2009, p. 17).

Desse modo, servem como uma aplicação para atender aos usuários e suas necessidades, assim como reorganizar os registros bibliográficos, auxiliando nos processos de busca e recuperação da informação “[...] os modelos conceituais apresentam as relações estabelecidas entre as entidades; essa composição de entidades, atributos e relacionamentos é o que demarca um modelo conceitual” (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 53).

Atendendo às necessidades dos usuários em associação às tarefas genéricas ocorridas por parte dos usuários, mediante às buscas executadas nos catálogos em biblioteca, os modelos FRBR, FRAD detém de quatro tarefas de usuário, em que o primeiro relaciona-se ao uso de dados bibliográficos, o segundo aos dados de autoridade (OLIVER, 2011); e acrescentado o FRSAD, esse relacionando-se aos dados de autoridade assunto (MELO; BRÄSCHER, 2014).

Quadro 1 - Tarefas de usuários

FRBR	FRAD	FRSAD
Encontrar	Encontrar	Encontrar
Identificar	Identificar	Identificar
Selecionar	Contextualizar	Selecionar

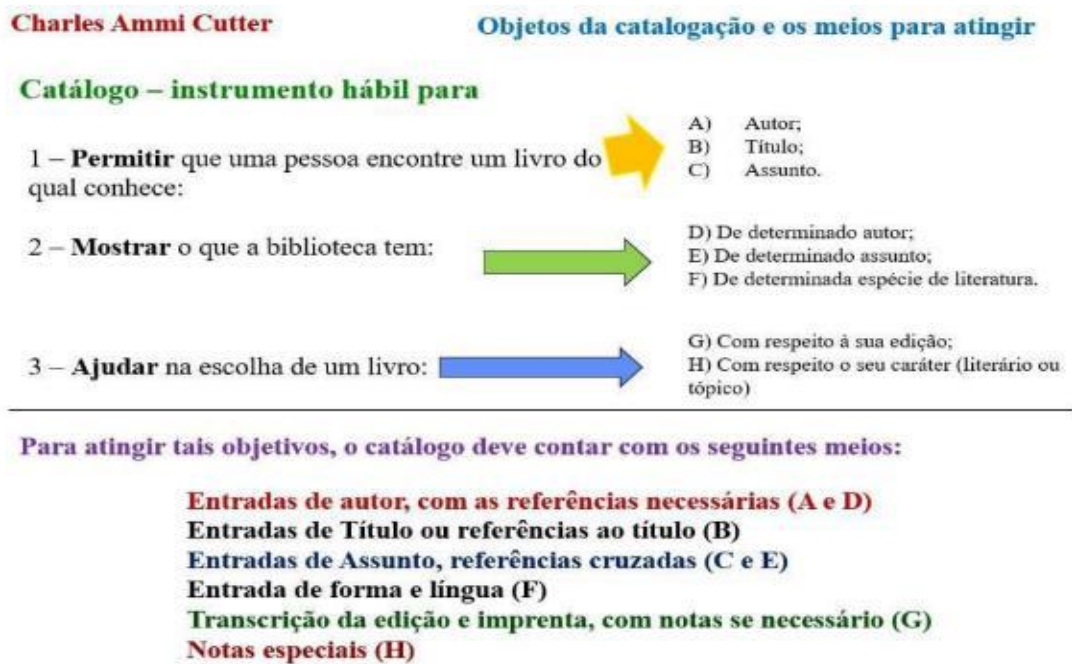
Obter	Justificar	Explorar
-------	------------	----------

Fonte: Oliver (2011), Melo e Bräscher (2014)

Como pode ser visto, nas definições das tarefas de usuário ‘encontrar’ e ‘identificar’ são vistos nos modelos conceituais e, posteriormente, as extensões do FRBR incorporam novas tarefas de usuário, auxiliando no processo de busca do dado. Nesse sentido, os modelos apresentam as formas de descrever os elementos dos dados e partir para sua busca, em que sua construção se baseia no foco do usuário final, possibilitando que o indivíduo pesquise pela informação de que se tem acesso mediante a expressão de busca realizada, e ao final obtendo a resposta para os critérios definidos durante sua procura.

As definições das tarefas de usuários avistadas, são expandidos pelo conceito de Charles Ammi Cutter, na qual idealizou alguns objetivos para o catálogo impresso. Sua concepção é uma atividade que permite o usuário executar a busca do recurso bibliográfico, dessa forma, a constituição desse desenvolvimento pela família FRBR é um instrumento que utiliza atributos ou relações das entidades bibliográficas, possibilitando o usuário encontrar através de uma pesquisa, os recursos bibliográficos em uma coleção (SILVA, HÜBNER, 2019). Segundo os autores Silva e Hübner (2019, p. 43) esse conceito de Cutter, pode ser observado na figura abaixo:

Figura 1 - Conceito de Cutter para o objetivo do catálogo



Fonte: adaptado pelo autor Silva e Hübner (2019, p. 43)

“Os requisitos funcionais para registros bibliográficos, dados de autoridades e de assunto – FRBR, FRAD e FRSAD, respectivamente – constituem a base teórica do RDA” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013; OLIVER, 2011; SERRA, 2013 apud MACHADO; PEREIRA, 2017, p. 90).

Alguns anos depois são realizadas diversas discussões para tratar de um modelo que reunisse os três modelos já existentes, caracterizado pelos registros bibliográficos, dados de autoridade e dados de assunto, logo mais, foi executado o trabalho do IFLA LRM, manifestando um moderno conteúdo das entidades, atributos e relacionamentos.

Os modelos conceituais que serão apresentados não demonstram todos os pormenores de suas funcionalidades. O proposto nessas subseções, tem como intuito vislumbrar uma modesta designação dos processos catalográficos calcados pelos modelos, especialmente pelo trabalho do IFLA LRM, que oferece uma grande cobertura no desenvolvimento de seu estudo, mas que não será englobado todos os seus detalhes nesta pesquisa.

3.1.1 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)

O modelo conceitual FRBR dispõe de dois objetivos, acerca dele, conforme a IFLA (1998, p. 7 apud MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005, p. 24):

[...] primeiro, fornecer um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar dados registrados em registros bibliográficos às necessidades dos usuários destes registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por entidades bibliográficas nacionais.

Seu desenvolvimento busca analisar e construir a funcionalidade dos dados, o modo elaborado em termos dos relacionamentos e as autoridades produzidas, são propostos para atender as necessidades dos usuários, dessa maneira, a aplicação de estrutura do modelo se torna adequado na orientação para a busca do registro bibliográfico. Em vista disso, seu modelo entidade-relacionamento dispõe de três elementos: entidades, atributos e relacionamentos. Sendo assim, a primeira associada aos dados bibliográficos, o segundo desdobramento às entidades e o último relaciona-se às entidades.

O FRBR possui dez entidades na qual estão divididas em três grupos, conforme é exibido por Silveira e Tálamo (2009, p. 110 apud CUNHA; ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 2):

Grupo 1 – as entidades que representam os produtos de trabalho intelectual ou artístico: obra, expressão, manifestação e item;

Grupo 2 – as entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, pela produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo: pessoa, entidade coletiva;

Grupo 3 – as entidades que representam o assunto de uma obra: conceito, objeto, evento e lugar.

As relações entre as definições de cada grupo demonstram o relacionamento das entidades, indicando o sentido que permeia a facilidade de identificar os registros bibliográficos através de sua representação. Do grupo 1: a obra é exibida pela concepção idealizada do trabalho intelectual ou artístico, não sendo um produto físico; a expressão é a forma que a obra é realizada tendo sua representação; a manifestação é o conteúdo físico na qual a representação da expressão da conversão da obra; o item é o objeto físico em que segue sendo o único exemplar da manifestação (CARVALHO; SANTOS; ALVES, 2012). Do grupo 2 e 3 são respondidos por si mesmos, em que o primeiro há a responsabilidade pela produção da obra; e do último grupo, a relação dos assuntos das entidades do grupo 1 (OLIVER, 2011).

Os atributos relacionam-se a cada uma das entidades, e que executa maior descrição bibliográfica aos dados, isto posto, podendo ser intrínseco ou extrínseco, em que:

Os intrínsecos são os que podem ser descobertos ao se examinar diretamente a própria entidade, como as dimensões, os títulos da página de rosto de um livro impresso [...] Os atributos extrínsecos são os que têm origem fora da entidade, como um identificador a ela atribuído (OLIVER, 2011, p. 26).

As entidades determinam a associação de relacionamento entre uma e outra entidade, assim, disponibilizando caminhos que auxiliam na navegação do usuário, “os relacionamentos refletidos no registro bibliográfico proporcionam informação adicional que ajudam o usuário a fazer novas conexões entre a entidade encontrada e outras entidades que se relacionam com aquela entidade” (IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS, 1998, p. 55, tradução nossa).

Nesse contexto, o modelo conceitual FRBR é um instrumento que permite a diversificação na construção do seu trabalho, servindo como uma ampliação na tarefa de auxiliar o usuário no modo como as descrições bibliográficas são representadas a partir dos elementos das entidades, atributos e relacionamentos.

3.1.2 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos objeto orientado (FRBRoo)

O modelo conceitual FRBRoo, também parte da família FRBR, é um modelo orientado a objeto, “harmonizado com CIDOC CRM, [...] é uma formal ontologia¹⁷ que captura e representa a semântica subjacente da informação bibliográfica e, portanto, facilita a integração, mediação e intercâmbio de informações bibliográficas e museológicas [...]” (INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015, p 12, tradução nossa).

O modelo FRBRoo, é um trabalho que beneficia as bibliotecas, museus e arquivos, facilitando a mediação e intercâmbio de informações entre eles. Dessa forma, tem como concepção que os dados estejam agregados em um único sistema de informações, com o sentido de atender aos usuários em suas pesquisas em todos os tipos de domínios documentários (SOUZA, COSTA, 2020).

3.1.3 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)

O modelo conceitual FRAD, além de conter os conhecimentos incorporados no FRBR, reforça a ideia dos dados de autoridade sobretudo do grupo 2 e também o grupo.

[...] o FRAD tem ênfase nos dados de autoridade e apresenta, além das entidades pessoa e instituição, presentes no FRBR, a entidade família. Assim como o FRBR, o FRAD apresenta entidades, atributos, relações e tarefas de usuários voltados aos dados de autoridade, e, inclusive, repetem algumas das entidades presentes no FRBR (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 63).

Identifica-se dezesseis entidades, algumas já existentes no registro bibliográfico, porém, os dados de autoridade agregaram novos atributos (MEY; SILVEIRA, 2009). Como as “seguintes entidades: pessoa, família e instituição; obra, expressão, manifestação e item; conceito, objeto, evento e lugar; nome e identificador; ponto de acesso controlado; regras; agência.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2009b apud MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 64). Segundo os autores

¹⁷ Segundo Campos (2012, p. 109 apud SOUZA; COSTA, 2020, p. 7) descreve a ontologia como “[...] um vocabulário comum para uma comunidade que precisa compartilhar informação em um determinado domínio. Inclui definições de conceitos básicos no domínio e as relações entre estes de forma interpretáveis por máquinas”.

Assumpção e Santos (2013), dentre as dez entidades presentes no registro bibliográfico, acrescenta-se seis entidades já avistadas no modelo conceitual FRAD:

família – duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil ou status legal similar, ou que se apresentem como uma família;

nome – um caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma entidade é conhecida;

identificador – um número, código, palavra, frase, etc. unicamente associado a uma entidade e utilizado para diferenciá-la de outras no domínio em que o identificador é atribuído;

ponto de acesso controlado – um nome, termo, código, etc. sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado;

regras – um conjunto de instruções relacionadas à formulação e/ou ao registro de pontos de acesso controlados;

agência – uma organização responsável pela criação ou modificação de um ponto de acesso controlado (GRUPO DE TRABAJO SOBRE LOS REQUISITOS FUNCIONALES Y NUMERACIÓN DE REGISTROS DE AUTORIDAD, 2009, p. 17-26 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013, p. 208).

Desse modo, as relações postas nos dados de autoridade favorecem o aperfeiçoamento do seu controle, auxiliando nas necessidades dos usuários.

A relação com os modelos conceituais compreende a associação das entidades-relacionamento presentes nos requisitos funcionais. Segundo Mey e Silveira (2009, p. 54), “O código RDA compreende 38 capítulos sendo o capítulo 0 preliminar; 10 seções, nas quais se encontram 37 capítulos; e 13 apêndices [...]”. “Na organização, os capítulos não são mais separados pelo tipo de material, como no AACR2. Eles passam a ser categorizados pelos objetivos das tarefas, permitindo aos usuários identificar e relacionar as informações pesquisadas.” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 82). As seções de 1 a 4 compreendem os atributos das entidades empregadas nos modelos FRBR e FRAD. De outro modo, as seções de 5 a 10 abrangem os relacionamentos das entidades também apresentadas nos modelos FRBR e FRAD.

Quadro 2 - Sumário RDA

Seção 1	Registro de atributos de manifestação e item.
Seção 2	Registro de atributos de obra e expressão.
Seção 3	Registro de atributos de pessoa física, família e pessoa jurídica.
Seção 4	Registro de atributos de conceito, objeto, acontecimento e lugar.
Seção 5	Registro de atributos de relações primárias.
Seção 6	Registro de relações com pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas associadas a um recurso.
Seção 7	Registro do assunto de uma obra.
Seção 8	Registro das relações entre obras, expressões, manifestações e itens.
Seção 9	Registro das relações entre pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas.
Seção 10	Registro das relações entre conceitos, objetos, acontecimentos e lugares.

Fonte: Oliver (2011, p. 37-39)

Assim como a disposição das seções estão organizadas a partir das entidades-relacionamento, de igual forma há a presença das tarefas de usuário proporcionada pelos modelos conceituais FRBR e FRAD, na qual cada seção possui em sua estrutura os capítulos, o começo do capítulo com as diretrizes gerais e o restante dos capítulos ordenados conforme as tarefas de usuário, servindo de suporte ao incluir instruções ao usuário. Os capítulos da seção 1, detém as tarefas dos registros bibliográficos de identificar, selecionar e obter. Contudo, na seção 9, há a inclusão dos registros de dados prestando o apoio ao controle de autoridade, e em sua estrutura a tarefa de usuário: encontrar (OLIVER, 2011).

O conteúdo da RDA dispõe dos elementos de atributos e relações apresentadas nos modelos conceituais, como também o vocabulário utilizado na norma, refletindo os conceitos e terminologia dos requisitos funcionais. Abaixo há o emprego do conteúdo dos modelos conceituais avistados na nova norma que no código não é observado, percebido através das entidades do grupo 2 (OLIVER, 2011).

Quadro 3 - Instrução dos códigos

AACR2	25.8A	Use o título coletivo <i>Obras</i> para um item que consiste das obras completas de uma pessoa, ou que é apresentado como tal, incluindo obras completas na época da publicação.
RDA	6.2.2.10.1	Registre o título coletivo convencional <i>Obras</i> como o título preferido para uma coletânea de obras que consista ou pretenda ser as obras completas de uma pessoa física, família ou pessoa jurídica, inclusive as que sejam completas no momento da publicação.

Fonte: Oliver (2011, p. 42)

A autora (OLIVER, 2011) prossegue afirmando que os registros bibliográficos e os dados de autoridade enfatizam a importância das relações entre entidades bibliográficas. Dessa forma, a nova padronização reforça o emprego de designadores de relações, registrando os tipos exatos de relações. A RDA engloba instruções completas sobre a utilização dos designadores de relações e três apêndices de termos:

Quadro 4 - Designações dos apêndices RDA

Apêndice I	Designadores de relações	relações entre um recurso e pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas associadas a um recurso.
Apêndice J	Designadores de relações	relações entre obras, expressões, manifestações e itens.
Apêndice K	Designadores de relações	relações entre pessoas físicas, famílias e pessoas jurídicas.

Fonte: Oliver (2011, p. 43)

A estrutura dos modelos conceituais, sua entidade-relacionamento, foram os componentes que proporcionam a ordenação lógica dos registros dos dados apresentando ao RDA a importância do desenvolvimento, possibilitando que o usuário acesse o catálogo, procurando, localizando e recuperando o conteúdo bibliográfico.

3.1.4 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD)

O modelo conceitual FRSAD possui o objetivo de tratar os assuntos de uma obra, representada pela entidade do grupo 3, constituídos pelo: conceito, objeto, evento e lugar.

O FRSAD é um modelo conceitual que tem uma relação direta com os FRBR, ao se aprofundar nas entidades do Grupo 3 para relacionar os temas (assuntos) das obras, de modo a viabilizar a integração da informação contida nos vocabulários controlados com o sistema de recuperação da informação, ajudando os usuários a realizar buscas por assunto de forma mais efetiva (IFLA, 2007, 2010 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 127).

Desse modo, as relações do grupo 3 são definidas por Mey e Silveira (2009, p. 22):

Conceito: uma noção ou idéia abstrata, sempre assunto de uma obra.

Objeto: uma coisa material, móvel ou imóvel, sempre assunto de uma obra.

Evento: uma ação ou ocorrência, como eventos históricos, épocas e períodos de tempo, sempre assunto de uma obra.

Lugar: um local. A entidade ‘lugar’ pode abranger: locais terrestres e extraterrestres, locais históricos e contemporâneos, características geográficas e jurisdições geopolíticas, entre outros, sempre assunto de uma obra.

Assim sendo, direciona a relação dos significados possibilitando um processo da representação temática desempenhada pela modelagem conceitual propiciada pelos dados de autoridade de assunto.

Identifica-se duas entidades para os dados de autoridades de assunto: o *thema* e o *nomen*¹⁸. O modelo FRSAD define que uma obra tem como assunto um *thema*, assim como uma obra tem como denominação um *nomen* e este é a denominação de um *thema* (VITAL; BRÄSCHER, 2018). Abaixo serão demonstrados um quadro sobre a significação das duas entidades conforme são fundamentadas as estruturadas das relações:

¹⁸ “O grupo de trabalho, de acordo com IFLA (2010, p.16), escolheu os termos em latim, *thema* e *nomen*, ‘por não terem um significado pré-estabelecido no nosso contexto, por serem culturalmente neutros e não necessitar de tradução’. Essas duas relações ‘Tem como assunto’ e ‘Tem como denominação’ são as principais relações entre Entidades do modelo FRSAD, e são ‘many-to-many’, ou seja, uma obra pode ter muitos *themas*, assim como um *thema* pode ser assunto de muitas obras [...]” (VITAL; BRÄSCHER, 2018, p. 274).

Quadro 5 - Entidades FRASAD

Entidades para os dados de autoridade de assunto ¹⁹	
<i>Thema</i>	Qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra. É considerada uma superclasse dentre todas as entidades presentes no modelo FRBR, pois inclui todas as demais entidades dos grupos 1, 2 e 3.
<i>Nomen</i>	Qualquer sinal ou sequência de sinais (caracteres alfanuméricos, símbolos, som etc.) mediante os quais um <i>thema</i> é conhecido, referido ou chamado. A entidade <i>nomen</i> é uma superclasse das entidades presentes no modelo conceitual FRAD: nome, identificador e ponto de acesso controlado.
Atributos no FRASAD ²⁰	
Tipo de <i>thema</i>	Categoria a que pertence um <i>thema</i> no contexto de um determinado sistema de organização do conhecimento.
Nota de escopo	Texto que descreve e/ou define o <i>thema</i> , especificando o seu escopo dentro de determinado sistema de autoridade assunto.
Relacionamento entre diferentes tipos de entidades ²¹	
obra-to-thema	Indica que qualquer das entidades do modelo pode ser o assunto de uma obra.
thema-tonomen	Indica que qualquer <i>thema</i> pode ter múltiplos <i>nomens</i> .
Relacionamento entre entidades do mesmo tipo ²²	
thema-to-thema	Envolve as relações hierárquicas e associativas entre conceitos.
nomen-to-nomen	Trata das relações de equivalência e partitivas entre os signos representativos de um conceito.

Fonte: Adaptado dos quadros de Albuquerque (2018, p. 128-129)

Dessa forma, através desses conjuntos de organização influenciam as relações bibliográficas contribuindo para a representação nos documentos ao vincular os assuntos mediante os relacionamentos e atributos.

Este modelo compreende a relação com os assuntos de um documento explorando sua entidade-relacionamento através do desenvolvimento da representação de assunto de uma obra. Nesse ínterim, por meio da tarefa de usuários, executa o controle por parte dos profissionais e atua na atribuição de suporte ao usuário a aprendizagem no domínio dos termos relativos em uma busca na base de dados.

¹⁹ Fonte: elaborado próprio autor (2017 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 128).

²⁰ Fonte: elaborado próprio autor (2017 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 128).

²¹ Fonte: elaborado próprio autor (2017 apud ALBUQUERQUE, 2018, p.129).

²² Fonte: elaborado próprio autor (2017 apud ALBUQUERQUE, 2018, p.129).

De maneira concisa, os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRASAD, desempenham um processo de organização dos registros bibliográficos, posto isto, introduz a exploração dos relacionamentos e reestrutura os dados bibliográficos, servindo de suporte aos usuários navegar pelo sistema dos catálogos.

Compreende-se, portanto, que os modelos conceituais visam contribuir para o agrupamento de registros bibliográficos com o objetivo de apresentar as relações entre obras e seus autores de forma diferente e inovadora, tornando claro para os usuários as diferenciações de obras com edições, formatos físicos e traduções das obras [...] (HATSEK; HILLESHEIN, 2015, p. 7).

Mediante a proposição das entidades, atributos e relacionamentos, tomados pelo desenvolvimento na elaboração dos documentos, os instrumentos representam os elementos necessários para a descrição bibliográfica refletindo no atendimento às necessidades informacionais do usuário.

3.1.5 IFLA Modelo de Referência da Biblioteca (IFLA LRM)

O novo modelo conceitual o IFLA Library Reference Model (IFLA LRM) a partir de uma reformulação, consolida os três modelos conceituais anteriores: FRBR, FRAD e FRASAD. Por meio desses três modelos que estruturam os registros bibliográficos, definem a entidade, os atributos, o relacionamento, as tarefas de usuários, nesse sentido, o novo modelo destaca a abordagem já desenvolvidos nos requisitos funcionais.

Através de diversas reuniões para direcionar o estudo da definição do novo modelo, teve seu documento final aprovado pelo IFLA Committee on Standards e endossado pelo IFLA Professional Committee no ano de 2017 (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

O IFLA LRM “[...] pretende ser um modelo de referência conceitual de alto nível desenvolvido dentro de uma estrutura aperfeiçoada de modelagem entidade-relacionamento. O modelo abrange dados bibliográficos como entendidos em um sentido amplo e geral” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 10).

Em relação ao entendimento da IFLA, apontada por Modesto (2021, online) acerca desse novo modelo:

A IFLA destaca que o modelo único simplifica e oferece uma consistência lógica na cobertura de todos os aspectos dos dados bibliográficos, além de manter o modelo atualizado com as atuais práticas de modelagem conceitual. Serve, portanto, de base ao desenvolvimento de sistemas bibliográficos. Sistemas ajustados ao ambiente digital, como: catálogos, repositórios e bibliografias; além de fornecer um guia ou base para formular regras de catalogação.

Por analogia, o novo modelo conceitual herdou algumas características dos outros modelos:

Do FRBR foram herdadas as entidades *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*; do FRAD, a entidade *pessoa*, agora é subordinada à entidade *agente* que, por sua vez, também tem a ela subordinada a entidade *agente coletivo*; do FRSAD, advém a entidade *nomen*. Além das entidades *agente* e *agente coletivo*, a entidade *intervalo de tempo* também é nova no IFLA LRM (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 96).

Nesse ínterim, no próximo quadro será manifestado as entidades do novo modelo conceitual:

Quadro 6 – Tarefas dos usuários

Res	“coisa” em latim; qualquer entidade no universo do discurso; usada para referir-se a coisas e conceitos materiais ou físicos;
Obra	conteúdo intelectual ou artístico de uma criação específica; objeto conceitual; nenhum objeto material único pode ser identificado como obra; uma obra pode ser reconhecida retrospectivamente a partir de um exame das realizações ou expressões individuais da obra; a obra consiste da criação intelectual ou artística que está por trás de todas as várias expressões da obra;
Expressão	combinação distinta de sinais de qualquer forma ou natureza (inclui sinais visuais, auditivos ou gestuais) destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico identificáveis como tais; uma expressão surge simultaneamente com a criação de sua primeira manifestação, nenhuma expressão pode existir sem que haja pelo menos uma manifestação;
Manifestação	conjunto de todos os suportes que supostamente compartilham as mesmas características do conteúdo intelectual ou artístico e aspectos

	da forma física; o conjunto é definido pelo conteúdo geral e pelo plano de produção para seu suporte ou suportes; resulta da captura de uma ou mais expressões sobre um recurso ou conjunto de recursos informacionais;
Item	um ou vários objetos que carregam sinais destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico; em termos de conteúdo intelectual ou artístico e forma física, um item exemplifica uma manifestação e normalmente reflete todas as características que definem a própria manifestação;
Agente	uma entidade capaz de ações deliberadas, de cessão de direitos e de ser responsabilizada por suas ações; ser um agente requer ter ou ter tido o potencial de relacionamentos intencionais com instâncias de entidades de interesse bibliográfico (obras, expressões, manifestações, itens), seja esse agente específico que tenha feito ou não; os seres humanos são, direta ou indiretamente, a força motriz por trás de todas as ações tomadas por todos os agentes;
Pessoa	um ser humano individual; inclui pessoas que vivem ou viveram;
Agente Coletivo	uma reunião ou organização de pessoas com um nome específico e capaz de atuar como uma unidade; inclui famílias, instituições comerciais ou corporativas e outros organismos legalmente registrados, organizações e associações, grupos musicais, artísticos ou de atuação, governos e qualquer uma de suas subunidades; a associação de muitos tipos de agentes coletivos continuará a evoluir ao longo do tempo;
<i>Nomen</i>	uma associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela; associada a qualquer denominação; qualquer entidade referida no universo do discurso é nomeada por, pelo menos, um nome;
Lugar	uma extensão de espaço determinada; relevante em um contexto bibliográfico; uma construção cultural; uma identificação humana de uma área geográfica ou extensão do espaço;
Intervalo de tempo	um período de tempo que possui um início, um fim e uma duração; a duração resultante pode ser associada a ações ou ocorrências durante esse período de tempo; mesmo um período de tempo muito preciso tem uma duração mensurável, por mais breve que seja.

Fonte: Machado e Zafalon (2020, p. 97-98)

Ressalta-se a importância dos usuários e sua relação com a construção dos dados, o foco concentrando-se nas suas necessidades informacionais. A elaboração de um conjunto de

instruções, a partir das tarefas dos usuários, produz o elo de comunicação entre o usuário e a utilização, assim como a localização da informação. No relatório fornecido pela IFLA LRM, são desenvolvidas as seguintes tarefas dos usuários.

Quadro 7 – Tarefas do usuário

Encontrar	Reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse pesquisando sobre qualquer critério relevante.
Identificar	Compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre recursos semelhantes.
Selecionar	Determinar a adequação dos recursos encontrados e aceitar ou rejeitar recursos específicos.
Obter	Acessar o conteúdo do recurso.
Explorar	Descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los.

Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 16 apud MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 99)

As entidades possuem uma grande relevância para os usuários, definidas como um recurso para atender suas necessidades, servindo como atribuição aos relacionamentos destacados no modelo. De outro modo, os atributos instituídos para cada entidade desempenham melhor suas características (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017). Desse modo, no modelo “as Entidades no IFLA LRM são tratadas como Classes e como tais configuram-se em Superclasses ou Subclasses, apresentando uma estrutura hierárquica” (OLIVEIRA; CASTRO; JESUS, 2021, p. 361).

É apresentada no novo modelo conceitual uma hierarquia para as entidades, subdivididas em classes e subclasses, também definida como “isA” (é um) (MODESTO, 2021, online). Conforme International Federation of Library Associations and Institutions (2017 apud MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 101) de acordo com o documento do IFLA LRM, “abrange os elementos empregados em modelos do tipo entidade-relacionamento: entidade, atributo e relacionamento”.

A hierarquia das entidades é demonstrada pela subdivisão em níveis, em que a primeira é determinada como superclasse e os outros elementos são subjugados a ela. “Na nomeação dos elementos do modelo, identificados por “LRM-”, foi adicionada a letra inicial do elemento correspondente: E para entidades, A para atributos e R para relacionamentos” (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 101). Abaixo será apresentado dois quadros das entidades do modelo IFLA LRM, em que o primeiro será exibido a partir da identificação por “LRM-”, e o segundo, a hierarquia do relacionamento em superclasse e subclasse:

Quadro 8 – Identificação das entidades no IFLA LRM

Identificação	Entidades
LRM-E1	<i>Res</i>
LRM-E2	Obra
LRM-E3	Expressão
LRM-E4	Manifestação
LRM-E5	Item
LRM-E6	Agente
LRM-E7	Pessoa
LRM-E8	Agente coletivo
LRM-E9	<i>Nomen</i>
LRM-E10	Lugar
LRM-E11	Intervalo de Tempo

Fonte: Machado e Zafalon (2020, p. 101)

No modelo conceitual FRSAD são adicionadas as entidades para os dados de autoridade de assunto, o *Thema* e o *Nomen* para o processo de relacionamento. No modelo IFLA LRM, foram mantidas as duas entidades, entretanto, houvera uma mudança de nomenclatura da

entidade *Thema*, e atualmente nomeado como *Res*, observado nas entidades identificadas no IFLA LRM. A entidade denominada *Nomen* não sofreu alteração (MODESTO, 2021, online).

A respeito da entidade *Agente*, conforme Modesto (2021, online), é:

[...] compreendida como entidade executora de ações deliberadas de concessão de direitos e de responsabilidades assumidas. O Agente vincula as entidades: Pessoa (definida como um ser humano individual) e o Agente coletivo (uma reunião ou organização de pessoas sob denominação específica e de atuação como unidade).

Modesto (2021, online) aponta uma pequena observação quanto a entidade *Nomen*, em que é “compreendida como a associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela. Essa entidade permite definir atributos específicos, como idioma ou a identidade de alguém, para fins de estabelecer relações entre eles”.

Quadro 9 – Hierarquia da entidade

Nível Superior	Segundo Nível	Terceiro Nível
LRM-E1 Res	–	–
–	LRM-E2 Obra	–
–	LRM-E3 Expressão	–
–	LRM-E4 Manifestação	–
–	LRM-E5 Item	–
–	LRM-E6 Agente	–
–	–	LRM-E7 Pessoa
–	–	LRM-E8 Agente Coletivo
–	LRM-E9 Nomen	–
–	LRM-E10 Lugar	–
–	LRM-E11 Intervalo de tempo	–

Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 20)

As entidades possuem grande relevância para os usuários, nessa direção, cada entidade dispõe de atributos. Dessa forma, os atributos aplicam os recursos dos seus dados para localizar um objeto.

Os atributos caracterizam as instâncias das entidades, sendo assim, eles podem ser registrados quando os dados possuem uma relevância quanto a sua aplicação. Por conseguinte, os dados podem ser registrados seguindo uma lista ou vocabulário controlado (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017).

Os atributos no modelo conceitual FRBR são descritos em níveis de detalhes, enquanto no modelo LRM, em relação à cobertura em todos os tipos de materiais, foi decidido a inclusão de atributos gerais, com a finalidade de construir uma lista que não são exaustivos e os atributos obrigatórios (MODESTO, 2021, online). Para ilustrar os atributos definidos no modelo LRM, abaixo será apresentado um quadro com a estrutura de hierarquia de atributos:

Quadro 10 – Hierarquia de atributos²³

Nível superior da entidade	Níveis inferiores da entidade	Nível superior do atributo	Nível inferior do atributo
LRM-E1 Res		LRM-E1-A1 Categoria	
--	LRM-E2 Obra	--	LRM-E2-A1 Categoria
--	LRM-E3 Expressão	--	LRM-E3-A1 Categoria
--	LRM-E4 Manifestação	--	LRM-E4-A1 Categoria do suporte
--	LRM-E9 Nomen	--	LRM-E9-A1 Categoria
--	LRM-E10 Lugar	--	LRM-E10-A1 Categoria
LRM-E1 Res		LRM-E1-A2 Nota	
--	LRM-E2 Obra	LRM-E2-A2 Atributo de expressão representativa	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A2 Extensão	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A3 Público-alvo	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A4 Direitos de uso	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A5 Escala cartográfica	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A6 Idioma	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A7 Tonalidade	
--	LRM-E3 Expressão	LRM-E3-A8 Meio de execução	
--	LRM-E4 Manifestação	LRM-E4-A2 Extensão	
--	LRM-E4 Manifestação	LRM-E4-A3 Público-alvo	
--	LRM-E4 Manifestação	LRM-E4-A4 Declaração de manifestação	
--	LRM-E4 Manifestação	LRM-E4-A5 Condições de acesso	
--	LRM-E4 Manifestação	LRM-E4-A6 Direitos de uso	

²³ Em relação aos atributos de uma entidade “os atributos também podem apresentar hierarquia. Em particular, o atributo *categoria* da entidade *res* é um subtipo para fornecer atributos de *categoria* para certas entidades da subclasse de *res*. Esses são os únicos atributos definidos no nível inferior do modelo e são fornecidos na quarta coluna da tabela.” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 38).

--	LRM-E5 Item	LRM-E5-A1 Localização	
--	LRM-E5 Item	LRM-E5-A2 Direitos de uso	
--	LRM-E6 Agente	LRM-E6-A1 Informações de contato	
--	LRM-E6 Agente	LRM-E6-A2 Campo de atividade	
--	LRM-E6 Agente	LRM-E6-A3 Idioma	
--	-- LRM-E7 Pessoa	LRM-E7-A1 Profissão / Ocupação	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A2 Nomen string	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A3 Esquema	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A4 Público-alvo	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A5 Contexto de uso	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A6 Fonte de referência	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A7 Idioma	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A8 Escrita	
--	LRM-E9 Nomen	LRM-E9-A9 Conversão de escrita	
--	LRM-E10 Lugar	LRM-E10-A2 Localização	
--	LRM-E11 Intervalo de tempo	LRM-E11-A1 Início	
--	LRM-E11 Intervalo de tempo	LRM-E11-A2 Término	

Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 39)

Outra característica importante para o usuário são os relacionamentos de uma entidade que desfruta da atribuição de identificar e localizar um dado, executando uma relação bibliográfica. No que se refere aos relacionamentos:

[...] eles conectam instâncias de entidades, que provêm um contexto para eles. No modelo IFLA LRM, os relacionamentos são declarados de uma maneira geral e abstrata e, assim, permitem que os implementadores incluam detalhes adicionais de forma consistente e coerente, adicionando especificações complementares (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 60).

Assim como a entidade e os atributos apresentam uma estrutura de hierarquia, os relacionamentos também desempenham esses conceitos.

Os relacionamentos entre *obras*, *expressões*, *manifestações* e *itens* são considerados como o núcleo estrutural do modelo. A implementação de outros relacionamentos é incentivada, pois potencializam a exploração e a descoberta e são muito importantes para os usuários finais (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 60).

Quadro 11 – Hierarquia dos relacionamentos

Nível superior		Segundo nível	
LRM-R1	RES é associado com RES		
--		LRM-R2	OBRA é realizada através de EXPRESSÃO
--		LRM-R3	EXPRESSÃO é materializada em MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R4	MANIFESTAÇÃO é exemplificada por ITEM
--		LRM-R5	OBRA foi criada por AGENTE
--		LRM-R6	EXPRESSÃO foi criada por AGENTE
--		LRM-R7	MANIFESTAÇÃO foi criada por AGENTE
--		LRM-R8	MANIFESTAÇÃO foi fabricada por AGENTE
--		LRM-R9	MANIFESTAÇÃO é distribuída por AGENTE
--		LRM-R10	ITEM é propriedade de AGENTE
--		LRM-R11	ITEM foi modificado por AGENTE
--		LRM-R12	OBRA possui como assunto RES
--		LRM-R13	RES tem denominação NOMEN
--		LRM-R14	AGENTE atribuiu NOMEN
--		LRM-R15	NOMEN é equivalente a NOMEN
--		LRM-R16	NOMEN possui parte NOMEN
--		LRM-R17	NOMEN é derivação de NOMEN
--		LRM-R18	OBRA possui parte OBRA
--		LRM-R19	OBRA precede a OBRA
--		LRM-R20	OBRA acompanha /complementa OBRA
--		LRM-R21	OBRA é inspiração para OBRA
--		LRM-R22	OBRA é transformação de OBRA
--		LRM-R23	EXPRESSÃO possui parte EXPRESSÃO
--		LRM-R24	EXPRESSÃO é derivação de EXPRESSÃO
--		LRM-R25	EXPRESSÃO foi agregada por EXPRESSÃO
--		LRM-R26	MANIFESTAÇÃO possui parte MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R27	MANIFESTAÇÃO possui reprodução MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R28	ITEM possui reprodução MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R29	MANIFESTAÇÃO possui alternativa MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R30	AGENTE é membro de AGENTE COLETIVO
--		LRM-R31	AGENTE COLETIVO possui parte AGENTE COLETIVO
--		LRM-R32	AGENTE COLETIVO precede AGENTE COLETIVO
--		LRM-R33	RES possui associação com LUGAR
--		LRM-R34	LUGAR possui parte LUGAR
--		LRM-R35	RES possui associação com INTERVALO DE TEMPO
--		LRM-R36	INTERVALO DE TEMPO possui parte INTERVALO DE TEMPO

Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 63)

Os conceitos de entidade-relacionamento desempenhados pelo novo modelo conceitual, representa um grande advento para os registros bibliográficos. Com o agrupamento dos três modelos anteriores, e o implemento da definição de sua estrutura no desenvolvimento de seu estudo, orienta na formulação da modelagem de entidade-relacionamento. “O modelo conceitual declarado no IFLA LRM é um modelo conceitual de alto nível e, como tal, pretende ser um guia ou base para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2017, p. 9).

3.2 CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO - 2ª ED. (AACR2)

O Código de Catalogação Anglo Americano, segunda edição (AACR2), desponta no final do século XX. Um movimento ocorria para reexaminar o código, refletindo sobre a catalogação e seu emprego nos recursos eletrônicos, surgindo dessa mobilização a RDA, motivada pelas mudanças ocasionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Conforme Silva (2012, p. 114 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 80), a RDA é:

[...] a nova norma de catalogação [que] foi desenvolvida com a pretensão de substituir as AACR2, mas toma como base a norma anterior e é pensada para os conteúdos no ambiente digital. É baseada em um conjunto de instruções práticas, que é fundamentada em um conceito teórico que define a forma, a estrutura e o conteúdo desta nova padronização. A RDA é uma norma de conteúdo e sua função é criar um grupo robusto de informações que alimentam as bases de dados atuais, além de criar estrutura para os novos desafios de coleta e consulta de informação no futuro. Esta norma oferece uma série de instruções; instrui quais dados armazenar e como o fazer.

Essa nova norma, compartilha a mesma estrutura de governança do código, produzida a partir de seus alicerces, em que as instruções dessa nova padronização derivam do AACR2 (OLIVER, 2011). O novo Recursos: Descrição e Acesso “[...] é resultado de um processo de desenvolvimento e revisão de algo que foi proposto como um padrão de catalogação no bojo da proposta teórica do FRBR e FRAD, mas está repleto de instruções advindas do AACR2” (KINCY; LAYNE, 2014 apud MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 87).

Na composição do RDA se nota a primeira diferença com o AACR2. Por ser uma ferramenta com acesso via Web, possibilita suporte constante ao catalogador, além de disponibilizar atualizações e treinamentos, cabendo a cada catalogador explorar o sistema, aprofundando seus conhecimentos. Outra diferença ocorre na organização dos capítulos, que deixam de ser separados pelo tipo de material, e passam a ser categorizados pelos objetivos das tarefas, permitindo aos usuários identificar e relacionar as informações pesquisadas (TILLET, 2010 apud HATSEK; HILLESHEIN, 2015, p. 10-11).

O papel do antigo código proporcionava predominantemente o atendimento aos materiais impressos e fichas catalográficas, desse modo, a RDA concedeu modificações descritivas nos registros dos dados concentrando-se no ambiente digital. Algumas

características são postas por Castro (2008, p. 87 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 81) acerca da diferenciação entre essas as duas técnicas:

Ao ser comparado com o código em exercício – AACR2 – pode-se verificar notórias diferenças com relação à estrutura da RDA. O AACR2 contempla atualmente duas partes: Description (descrição) e Access (acesso). Na RDA percebemos a inserção de alguns elementos, como por exemplo, na parte A (Descrição) onde estão agregados os Relationships (Relacionamentos) dados pelo modelo de relacionamento FRBR, ou seja, a parte A é agora descrição e relacionamento e abarca o conteúdo dos registros bibliográficos. Já a parte B, Access Point Control (Controle de Pontos de Acesso), abarca o conteúdo de autoridade dos registros bibliográficos.

A estrutura da primeira parte do AACR2 é organizada pelas áreas da ISBD. Em contrapartida, a RDA é organizada segundo a entidade-relacionamento concebido e fundamentado pelos modelos conceituais, FRBR e FRAD (MODESTO, 2010, online).

No prosseguimento acerca desse assunto, logo abaixo a autora Albuquerque (2018) demonstra os padrões existentes no AACR2 e no RDA através da estrutura destes no quadro 12:

Quadro 12 - Comparação entre os códigos

AACR2	RDA
26 Capítulos	38 Capítulos
Parte 1: 13 Capítulos	Parte 1: 16 Capítulos
Parte 2: 6 Capítulos	Parte 2: 10 Capítulos
Apêndices de A-F	Apêndices de A-L

Fonte: Albuquerque (2017 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 83)

No quadro 13, será apresentada as mudanças ocorridas entre esses dois códigos através da descrição de seus elementos, as terminologias, as abreviaturas, os exemplos de abreviações, as designações gerais dos materiais e por fim, os tipos de autoria:

Quadro 13- Comparação entre os códigos RDA e AACR2 (continua)

ELEMENTOS	AACR2	RDA
<p>Conteúdo AACR2²⁴ e RDA²⁵</p>	<p>PARTE I (DA DESCRIÇÃO)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução - Capítulo 1 (Regras Gerais de Descrição) - Capítulo 2 (Livros, Folhetos e Folhas Impressas) - Capítulo 3 (Materiais) - Capítulo 4 (Manuscritos - Incluindo Coleções Manuscritas) - Capítulo 5 (Música) - Capítulo 6 (Gravações de Som) - Capítulo 7 (Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeo) - Capítulo 8 (Materiais Gráficos) - Capítulo 9 (Recursos Eletrônicos) - Capítulo 10 (Artefatos Tridimensionais e Realia) - Capítulo 11 (Microformas) - Capítulo 12 (Recursos Contínuos) - Capítulo 13 (Análise) 	<p>0 - Introdução</p> <p>Seção 1 - Registro de Atributos de Manifestação e Item</p> <p>1 - Diretrizes gerais para registro de atributos de manifestação e itens</p> <p>2 - Identificação de manifestação e itens</p> <p>3 - Descrição de suportes</p> <p>4 - Provisamento de informações sobre aquisição e acesso</p> <p>Seção 2 - Registro de Atributos de Obra e Expressão</p> <p>5 - Diretrizes gerais para registro de atributos de obra e expressão</p> <p>6 - Identificação de obras e expressões</p> <p>7 - Descrição de conteúdo</p> <p>Seção 3 - Registro de Atributos de Pessoa, Família e Entidade Coletiva</p> <p>8 - Diretrizes gerais para registro de atributos de pessoas, famílias e entidades coletivas</p> <p>9 - Identificação de pessoas</p> <p>10 - Identificação de famílias</p> <p>11 - Identificação de entidades coletivas</p> <p>Seção 4 - Registro de Atributos de Conceito, Objeto, Evento e Lugar</p> <p>12 - Diretrizes gerais para registros de conceitos, objetos, eventos e lugares [não elaborado]</p> <p>13 - Identificação de conceitos [não elaborado]</p> <p>14 - Identificação de objetos [não elaborado]</p> <p>15 - Identificação de eventos [não elaborado]</p> <p>16 - Identificação de lugares</p> <p>Seção 5 - Registro de Relações Primárias entre Obra, Expressão, Manifestação e Item</p> <p>17 - Diretrizes gerais para registro de relações primárias entre uma obra, expressão, manifestação e item</p>

²⁴ Código de Catalogação Anglo Americano, 2ª edição (AACR2), revisão de 2002, sob a direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR, traduzida para a língua portuguesa pela FEBAB.

²⁵ Conteúdo relativo ao Recursos: Descrição e Acesso (RDA) por Mey e Silveira (2009, p. 55-57).

Quadro 13 – Comparação entre os códigos RDA e AACR2 (continuação)

AACR2	RDA	RDA
<p>Parte II (PONTOS DE ACESSO, TÍTULOS UNIFORMES, REMISSIVAS)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução - Capítulo 21 (Escolha dos Pontos de Acesso) - Capítulo 22 (Cabeçalhos para pessoas) - Capítulo 23 (Nomes Geográficos) - Capítulo 24 (Cabeçalhos para Entidades) - Capítulo 25 (Títulos Uniformes) - Capítulo 26 (Remissivas) - Apêndices A-E (excluído o apêndice F) 	<p>Seção 6 - Registro de Relações de Pessoas, Famílias e Entidades Coletivas Associadas a um Recurso</p> <p>18 - Diretrizes gerais para registro de relações de pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um recurso</p> <p>19 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma obra</p> <p>20 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma expressão</p> <p>21 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma manifestação</p> <p>22 - Pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um item</p> <p>Seção 7 - Registro de Relações de Assunto</p> <p>23 - Diretrizes gerais para registro do assunto de uma obra [não elaborado] Seção 8 - Registro de Relações entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens</p> <p>24 - Diretrizes gerais para registro de relações entre obras, expressões, manifestações e itens</p> <p>25 - Obras relacionadas</p> <p>26 - Expressões relacionadas</p> <p>27 - Manifestações relacionadas</p> <p>28 - Itens relacionados</p> <p>Seção 9 - Registro de Relações Entre Pessoas, Famílias e Entidades Coletivas</p> <p>29 - Diretrizes gerais para registro de relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas</p> <p>30 - Pessoas relacionadas</p> <p>31 - Expressões relacionadas</p> <p>32 - Itens relacionados</p> <p>Seção 10 - Pessoas, Famílias e Entidades Coletivas</p> <p>33 - Diretrizes gerais para registro de relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares [não elaborado]</p> <p>34 - Conceitos relacionados [não elaborado]</p> <p>35 - Objetos relacionados [não elaborado]</p> <p>36 - Eventos relacionados [não elaborado]</p> <p>37 - Lugares relacionados [não elaborado]</p>	<p>Apêndices</p> <p>A - Maiúsculas</p> <p>B - Abreviaturas</p> <p>C - Artigos iniciais</p> <p>D - Sintaxes do registro para dados descritivos</p> <p>E - Sintaxes do registro para controle de ponto de acesso</p> <p>F - Instruções adicionais para nomes de pessoas</p> <p>G - Títulos de nobreza, termos hierárquicos [títulos honoríficos] etc.</p> <p>H - Datas do calendário cristão</p> <p>I - Designadores de relação: relações entre um recurso e pessoas, famílias e entidades coletivas associadas ao recurso</p> <p>J - Designadores de relação: relações entre obras, expressões, manifestações e itens</p> <p>K - Designadores de relação: relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas</p> <p>L - Designadores de relação: relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares [não elaborado]</p> <p>M²⁶ - Exemplos completos – registros bibliográficos</p>

²⁶ “Cabe uma observação: os exemplos do apêndice M incluem formato RDA e formato MARC 21. O formato RDA, com indicação do respectivo capítulo, *não inclui pontuação alguma*. O formato MARC 21, embora inclua alguma pontuação dentro de cada área, não registra pontuação de final de área como na ISBD.” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 57)

Quadro 13 – Comparação entre os códigos RDA e AACR2 (continuação)

Terminologias do AACR2 e da RDA²⁷	
Termos do AACR2	Termos do RDA
Cabeçalho (Heading)	Ponto de acesso (Access point)
Cabeçalho autorizado (Authorized heading)	Ponto de acesso preferido (Preferred access point)
Entrada Principal (Main entry)	Ponto de acesso primário (Primary access point)
Entrada secundária/adicional (Added entry)	Ponto de acesso secundário (Secondary access point)
Controle de autoridade (Authority control)	Ponto de acesso controlado (Access point control)
Título uniforme (Uniform title)	Título preferido (Preferred title)
Abreviatura²⁸	
AACR2	RDA
Usa abreviaturas	Não abrevia
Adiciona informações entre colchetes	Transcreve como parece, não acrescenta informações
Tem regras complexas para vários lugares e editores	Registra nomes na ordem encontrada na fonte
Usa as abreviaturas <i>s.l.</i> ou <i>s.n.</i> quando o lugar ou o editor são desconhecidos	Usa frases para indicar uma informação desconhecida: [Lugar de publicação não identificado]; [Editor não identificado]
Exemplos de abreviações AACR2 e RDA²⁹	
AACR2	RDA
xvi, 323 p.	xvi, 323 páginas
[93] p.	93 páginas não numeradas
ca. 500 p.	cerca de 500 páginas
3 v. (1457 p.)	3 volumes (1457 páginas)
45, [40] f.	45 folhas, 40 folhas não numeradas
257 [i.e. 257] p.	257, ou seja, 257 páginas
180 p., 30 v. folhas de lâminas [série incompleta]	180 páginas, 30 volumes de folhas de lâminas [série incompleta]

²⁷ Traduzido e adaptado de Tillett (2007, p. 45 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 83).

²⁸ Adaptado de Modesto (2010 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 83).

²⁹ Adaptado de Modesto (2010 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 84).

Quadro 13 – Comparação entre os códigos RDA e AACR2 (continuação)

Designações gerais dos materiais³⁰		
AACR2	RDA	
Tipos de Mídias		
Recurso eletrônico	Computador	
Microforma	Microforma	
Gravação de som	Áudio	
Tipos de Suportes		
Tira de filme	Tira de filme	
Filme cinematográfico	Rolo do filme	
Slide	Slide	
Transparência	Transparência	
Tipo de Conteúdo		
Material cartográfico	Cartográfico	
Música	Música adotada	
Texto	Texto	
Tipos de Autoria³¹		
Autoria	AACR2	RDA
Todas as obras são exibidas sob um pseudônimo	Utiliza o pseudônimo como título (com uma indicação de “ver referência” para verificar o nome real, se conhecido).	Utiliza o pseudônimo como nome de preferência (utiliza o nome real, como uma variação, se conhecido)
Diferentes nomes utilizados para diferentes tipos de obra	Utiliza o nome associado a cada tipo de obra como título de obras daquele tipo.	Utiliza o nome associado com cada identidade como nome de preferência para aquela identidade (faz uso de relações para conectar as diferentes identidades).
Autores contemporâneos	Utiliza o nome associado a cada obra como título para aquela obra.	Utiliza o nome associado com cada identidade como nome de preferência para aquela identidade (faz uso de relações para conectar as diferentes identidades).

³⁰ Traduzido e adaptado de Delsey (1997 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 84).

³¹ Adaptado e traduzido de Delsey (1997 apud ALBUQUERQUE, 2018, p. 85).

Outras pessoas com mais de uma identidade	Utiliza o nome pelo qual a pessoa se tornou identificada em trabalhos recentes, trabalhos críticos, ou outras fontes de referências (com uma indicação de “ver referência” para verificar outros nomes).	Utiliza o nome associado com cada identidade como nome de preferência para aquela identidade (faz uso de relações para conectar as diferentes identidades).
---	--	---

Fonte: Albuquerque (2018, p. 83-85)

Algumas instruções e estruturas que advêm do antigo código para a nova padronização, dessa forma, também pode ser avistado algumas diferenças existentes entre esses dois códigos, sobretudo quando encontra-se na nova norma “[...] dentre eles destacam-se: características do arquivo, formato de vídeo, informações sobre custódia (recursos arquivísticos) características de braile, URLs, identificadores de entidades (pessoas, entidades corporativas, obras) e idioma das pessoas, entre outros” (HATSEK; HILLESSHEIN, 2015, p. 14).

Em síntese, ao incorporar os novos elementos descritivos à padronização estabelecida, aumenta a disponibilização do auxílio às necessidades essenciais do usuário ao descrever os dados num cenário assinalado por novas evoluções. “A introdução à RDA dá continuidade à prática adotada pelas AACR que era situar a norma em relação às normas e iniciativas internacionais existentes relativas aos dados bibliográficos” (OLIVER, 2011, p. 9).

3.3 RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)

A RDA foi projetada para o ambiente digital e como já mencionado, consiste em trazer mudanças nas estruturas das descrições bibliográficas a partir do novo método de representação dos recursos informacionais.

Recursos: Descrição e Acesso “é um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções para a criação de metadados de recursos de biblioteca e patrimônio cultural que são bem formados de acordo com modelos internacionais para aplicativos de dados vinculados focados no usuário” (RDA STEERING COMMITTEE, 2022a, online, tradução nossa).

Visando as inovações tecnológicas, o aparecimento dos novos suportes, os novos formatos de publicação e os diversos métodos de acesso, assim como exigências dos usuários acerca da informação, houvera o planejamento de um projeto para a terceira edição do AACR2, o AACR3. Entretanto, no ano de 2005, um novo título foi aprovado para o projeto, o Joint Steering Committee (JSC) estabeleceu que o AACR3 se denominasse Resource Description

and Access (RDA), dessa forma, começou a promover encontros para tratar sobre o desenvolvimento dessas novas regras (HATSEK; HILLESHEIN, 2015).

Foi pensado um rascunho para a Parte I do AACR3, depois do JSC juntamente com o Committee of Principals (CoP), receber diversos comentários sobre a revisão, havia considerado um novo padrão de estrutura, o então Resource Description and Access (RDA). O rascunho da Parte I foi cedido para revisão no ano de 2005; no ano de 2006 a 2007, foi compartilhado um rascunho de alguns capítulos; ainda ano de 2007, por meio de uma reunião, o JSC aprovou um sistema para uma nova estrutura da norma, a qual relaciona elementos de dados às entidades do FRBR (obra, expressão, manifestação, e item) e as tarefas do usuário (encontrar, identificar, selecionar e obter); no ano de 2008, houve o compartilhamento de um rascunho semi-completo; e no ano de 2009, o JSC em associação com o CoP, receberam os comentários sobre o rascunho do RDA com o intuito de revisar e assim lançar a divulgação, prevista para aquele mesmo ano (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009).

No decurso, idealizado por Joint Steering Committee for Revision AACR e sustentado pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), somente no ano de 2010 o novo código de catalogação foi publicado (SALM; HILLESHEIM, 2019).

Avaliando a necessidade de um desenvolvimento de padronização, identificados pela demanda de um aperfeiçoamento na catalogação, em que seu artifício se remete não apenas ao uso das bibliotecas tradicionais, mas servindo a toda comunidade informacional.

O processo de elaboração contou com a participação de um grupo: o Committee of Principals (COP), que supervisionava os trabalhos; o Joint Steering Committee (JSC) ao desenvolver o conteúdo do novo código, revisando e alterando quando necessário; o Co-Publishers ao publicar a obra produzida pelo JSC; e o Trustees ou Fund Committee que gerenciava a parte financeira (SILVA et al. 2012, p. 117 apud HATSEK; HILLESHEIN, 2015).

Em conformidade com Joint Steering Committee for a Revision of Anglo American Cataloguing Rules (2007 apud HATSEK; HILLESHEIN, 2015, p. 6), no que se refere à nova técnica, além desses grupos que contribuíram para o avanço do RDA:

Em conjunto com a International Federation of Library Associations (IFLA) e o JSC, [...] foi realizado em parceria com outros grupos colaborativos, dentro e fora da comunidade bibliotecária, tais como:

a) Dublin Core e outras comunidades da Web Semântica, visando comparar os modelos conceituais e padrões usados por cada uma delas.

- b) O Library of Congress Network Development Office e o MARC Standards Office, para garantir a compatibilidade do RDA com o MARC 21.
- c) O IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code, (IME ICC), responsável por revisar e atualizar os ‘Princípios de Paris’, tornando-os princípios para o século 21.
- d) A comunidade produtora de publicações, que desenvolveu uma lista terminológica, baseada no padrão ONIX, para uso por comunidades das áreas bibliográficas e de publicação.

A responsabilidade pelos direitos autorais da norma são: American Library Association (ALA), Canadian Federation of Library Associations (CFLA), e Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP). O RDA Steering Committee (RSC) comandado pelo RDA Board é encarregado do desenvolvimento e conteúdo do novo código, com revisões, alterações e atualizações que só podem ser feitas mediante aprovação do RSC (RDA STEERING COMMITTEE, 2022b, online, tradução nossa).

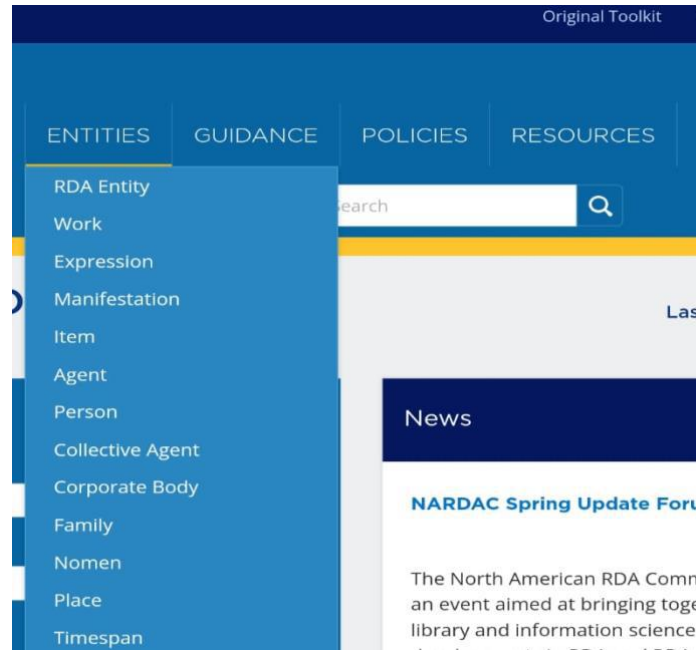
Acerca de sua publicação, é disponibilizada como uma ferramenta online, o RDA *Toolkit*, e desde sua primeira versão obteve diversas atualizações anuais. No ano de 2016, iniciou-se um debate quanto a necessidade de reestruturação do repositório de dados e do redesenho do RDA. No ano de 2017, a American Library Association e o RDA Steering Committee (RSC) estabeleceram um projeto, porém, somente no ano de 2018, seria programado a conclusão do *Project RDA 3R*, cujo foi nomeado por conta da reestruturação e redesenho do RDA (os 3R). Ademais, além do projeto estava planejada a harmonização com o novo modelo conceitual IFLA LRM. Desse modo, foi pensando no *Project RDA 3R*, a inclusão de novos capítulos no RDA que apresentassem as entidades do IFLA LRM: *agente, agente coletivo, nomen, lugar e intervalo de tempo* (MACHADO; ZAFALON, 2020).

A RDA é fundamentada no IFLA Library Reference Model (LRM), contudo, em sua primeira publicação, foi baseada nos antigos modelos conceituais: FRBR, FRAD e FRSAD (RDA STEERING COMMITTEE, 2022b, online). Visto que, no ano de 2010 era lançada a primeira versão do RDA, mas somente no ano de 2017, o novo modelo foi publicado pela IFLA.

Com a implementação desse modelo, os aspectos apresentados em sua estrutura proporcionam componentes essenciais para a descrição. “Dessa forma, podemos considerar o RDA como ferramenta capaz de simplificar as rotinas de localizar, identificar, selecionar e

obter recursos de que os usuários necessitam, no catálogo da biblioteca” (TABOSA; PAES, 2012, p. 81). Na página do RDA pode-se observar as entidades que são evidenciadas:

Figura 2 – Entidades RDA



Fonte: RDA Toolkit (2022a, online)

Algumas perguntas foram formadas no que concerne ao *Project RDA 3R*, e quanto a isso, foi formulado questões referentes ao projeto e sua relação ao IFLA LRM. Logo abaixo, o quadro criado gera as respostas sobre parte do desenvolvimento:

Quadro 14 – Desenvolvimento IFLA LRM

<p>Benefícios do alinhamento do RDA com o IFLA Library Reference Model</p>	<p>O LRM é um padrão internacional para metadados bibliográficos compatível com os padrões de metadados usados em outras comunidades de patrimônio cultural, como a comunidade de museus. Ele é otimizado para uso na Web Semântica e dados abertos vinculados, e é um componente essencial do desenvolvimento estratégico da RDA para o</p>
--	--

	patrimônio internacional, cultural e comunidades de dados vinculados.
Mudanças registradas	<p>Novos conceitos do LRM foram introduzidos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomes e denominações - Elementos de declaração de manifestação - Expressões representativa
Tratamento do RDA com personagens não humanos	<p>O LRM trata personagens, personas e outras identidades bibliográficas como formas da entidade <i>Nomen</i> associada a uma entidade referente.</p> <p>O LRM também restringe a definição de <i>Pessoa</i> a pessoas reais que se sabe ou se supõe terem existido. Isso significa que apenas pessoas poder ser agentes responsáveis pela criação de uma obra, expressão ou manifestação, ou pela modificação de um item.</p> <p>Uma indicação de responsabilidade encontrada em uma manifestação que nomeia um personagem não humano pode ser interpretada de duas maneiras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O nome é pseudônimo de uma ou mais pessoas reais, podendo ser registrado como denominação de uma pessoa ou agente coletivo. 2. O nome refere-se a uma entidade não humana que não é uma entidade RDA. O RDA fornece um conjunto de elementos relacionamento amplos para associar uma entidade RDA a uma entidade não RDA não especificada.

LRM <i>Res</i> excluída do RDA	<p>O LRM usa <i>Res</i> como uma superentidade das outras entidades LRM e como um mecanismo para estender o modelo para implementações específicas.</p> <p>O próprio RDA é uma implementação do LRM e não requer uma entidade mais ampla para extensão além das outras entidades do LRM.</p> <p>Em vez disso, a entidade superior em RDA é a nova "Entidade RDA", uma superclasse das outras entidades RDA e uma subclasse de LRM <i>Res</i>.</p>
Declaração de manifestação e o emprego no RDA	<p>O LRM define “declaração de manifestação” como uma declaração que aparece em exemplares da manifestação e considerada significativa para os usuários entenderem como o recurso se representa.</p> <p>Isso foi implementado no RDA para permitir a transcrição dos dados que aparecem na manifestação sem aplicar a maioria dos “ajustes” feitos agora, como alterar letras maiúsculas e adicionar pontuação.</p> <p>Existem dois benefícios principais no uso de declarações de manifestação.</p> <p>Primeiro, ele suporta a tarefa de “identificar” o usuário ainda mais do que os atuais elementos “transcritos” nos casos em que é importante para o usuário obter uma ideia o mais próxima possível sem uma imagem de como os dados aparecem na manifestação.</p> <p>Em segundo lugar, ele suporta transcrição de máquina derivada de manifestações digitalizadas e nascidas digitais.</p>

A elaboração das novas diretrizes encontradas na orientação que derivam do novo modelo, permite ampliar um método cujo princípio se baseia no foco do usuário. Sua estrutura, assinalada pelos componentes que resultam dos dados bibliográficos, dados de autoridade e dados de assunto, é um sistema de descrição relevante que admite o desenvolvimento na produção da informação, a busca da informação e a recuperação informacional.

A RDA possibilita, através das mudanças dos registros bibliográficos, avanços na perspectiva de registrar os dados, sobretudo as tarefas de usuários, nas quais são um conceito que redefine os processos descritivos, função essa que destaca a organização do catalogador ao assumir a indispensável importância na contribuição pela construção dos dados e aplicação pela interpretação positiva necessária ao usuário satisfazendo sua necessidade, empreendida pelos elementos estruturados da catalogação. O autor Modesto (2015, p.1-2 apud PALHARES; SILVA; OLIVEIRA, 2019, p. 112-113), aborda as tarefas de usuários, apontando que:

Os dados criados usando a RDA para descrever um recurso são projetados para ajudar os usuários na execução das seguintes tarefas:

Buscar – para localizar recursos que correspondem aos critérios de pesquisa declarados pelo usuário.

Identificar – para confirmar que o recurso descrito corresponde ao procurado, ou para distinguir entre dois ou mais recursos com características semelhantes.

Selecionar – para selecionar um recurso que é apropriado às necessidades do usuário.

Obter – para adquirir ou acessar o recurso descrito. Os dados criados usando a RDA para descrever uma entidade associada a um recurso (uma pessoa, família, entidade coletiva, conceito etc.) são projetados para ajudar os usuários a executar as seguintes tarefas:

Buscar – para encontrar informações sobre essa entidade e recursos associados com a entidade.

Identificar – para confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade buscada, ou para distinguir entre duas ou mais entidades com nomes similares etc.

Clarificar – para esclarecer a relação entre duas ou mais entidades, ou para esclarecer a relação entre a entidade descrita e um nome pelo qual é conhecida a entidade.

Compreender – para entender por que um determinado nome ou título ou forma de um nome ou título, foi escolhida como o nome preferido ou título para entidade.

Também alinhado ao antigo código, na qual a representação dos materiais apoiava as bibliotecas com o suporte físico, sobretudo, as descrições bibliográficas fundamentavam-se na ISBD. Por outro lado, o RDA tem uma estrutura muito à frente com o processo de construção descritivo da informação.

Na estrutura da RDA já se nota a primeira diferença com as AACR2. É uma ferramenta com acesso via Web, com recursos e suporte ao catalogador assim como atualizações e treinamentos para sua utilização. Outra diferença é a organização dos capítulos, que não se dá mais pelo tipo de material, e sim pelos objetivos das tarefas para que os usuários possam identificar e relacionar as informações procuradas (TILLET, 2010 apud SILVA; SERRA; CASSARES; VALENCIA, 2012, p. 116).

No quadro abaixo será exibido a comparação entre esses códigos do prisma da catalogação:

Quadro 15 – Comparação entre os códigos AACR2 e RDA

AACR2	RDA
Aplicável a todo tipo de material impresso.	Aplicável aos recursos de todo tipo de conteúdo e suporte.
Não adaptado aos recursos eletrônicos / digitais.	Adequado aos recursos digitais e analógicos.
Não se adapta às tecnologias de informação.	Adaptado às tecnologias de informação.
Compartilhada inicialmente entre as comunidades de catalogação norte-americana, inglesa e canadense, e, posteriormente, à australiana.	Desenvolvido para ser utilizada em todas as línguas, sem parcialidade em favor do inglês.
Estrutura inadequada ao contexto atual.	Estrutura consistente, flexível e extensível para descrição de todos os tipos de recursos.

Terminologia desatualizada.	Terminologia apropriada ao modelo conceitual FRBR.
-----------------------------	--

Fonte: Adaptado a partir de Oliver (2011 apud SILVA; SANTAREM SEGUNDO; ZAFALON; SANTOS, 2017, p. 143-144)

A produção dos registros viabiliza a padronização dos dados, proporcionando ao usuário uma abordagem de organização dos recursos bibliográficos mediante a busca pela representação da informação. Para tal, a partir das mudanças ocasionadas pela adequação dos novos padrões destinados aos novos suportes, fornece a compreensão e auxilia na recuperação da informação.

A autora Oliver (2011, p. 3) aponta que “Os dados RDA podem ser codificados com o emprego de esquemas existentes, como o MARC 21, Dublin Core, MODS³², e também podem ter correspondências estabelecidas com outros esquemas, atuais ou futuros”.

De acordo com o manual do Dublin Core ([S.d.] apud MEY; SILVEIRA, 2009, p. 133) a respeito dos Metadados, as autoras impõem que:

Metadados [...] podem ser considerados como dados sobre outros dados. É o termo da era da internet para a informação que os bibliotecários, tradicionalmente, colocaram em catálogos e que se refere comumente à informação descritiva sobre recursos da Web.

Um registro metadados consiste em um conjunto de atributos, ou elementos, necessários para descrever o recurso em questão.

Desse modo, os metadados são fatores que possibilitam e descrevem os dados, seu emprego “garante a existência de um conjunto de informações comuns, sobre um determinado tema ou área, facilitando assim, a compreensão, integração e o uso compartilhado de informações entre usuários de diferentes formações, níveis de experiência e propósitos” (TABOSA; PAES, 2012, p. 80).

O formato bibliográfico MARC 21, cujo padrão é legível por um computador, é aplicado e compatível para a codificação na nova norma. Sua concepção remonta desde os anos de 1960, alimentado por grandes avanços em seu empreendimento, ao automatizar e processar os dados a fim de recuperar seus elementos.

³² Metadata Object Description Schema.

“O RDA Toolkit fornece alinhamentos entre elementos RDA e codificações bibliográficas e de autoridade MARC 21 que são encontradas na seção Referência de elemento de cada página de elemento” (RDA STEERING COMMITTEE, 2022b, online).

Em virtude da criação da RDA e de sua proposta para descrição de recursos e definição de elementos necessários à descrição e ao acesso, ela oferece instruções sobre como formular o dado a ser registrado em cada elemento. A norma indica como essa transição pode ocorrer de forma mais tranquila e a possibilidade da codificação de dados RDA com o MARC 21 e a preservação e permanência da mesma exibição dos dados bibliográficos (HOLANDA; LOURENÇO, 2021, p. 872).

Abaixo apresentam-se as diferenças nos registros do formato MARC 21 executada na catalogação do AACR2 e o RDA especificamente para os campos 245 (título) e 260 (local de publicação) e 300 (descrição física):

Quadro 16 – Exemplo de registro bibliográfico no Marc 21 (continua)

AACR2							RDA							
CAMPO	IND 1	IND 2	SUBCAMPO	TEXTO	CAMPO	IND 1	IND 2	SUBCAMPO	TEXTO	CAMPO	IND 1	IND 2	SUBCAMPO	TEXTO
245	1	0	\a	Tagarelices tecarias sobre tags MARC 21 atualizadas /	245	1	0	\a	Tagarelices tecarias sobre tags MARC 21 atualizadas /					
			\c	Fernando Modesto.				\c	Fernando Modesto.					
			\h	[recurso eletrônico]										
300	#	#	\a	1 recurso online	300	#	#	\a	1 recurso online					1 recurso online
					336	#	#						\a	texto
													\2	marccontent
					337	#	#	\a					\a	computador
								\2						marcmedia
					338	#	#	\a					\a	recurso online
								\2						marccarrier
Título														
Descrição Física														

Quadro 16 – Exemplo de registro bibliográfico no Marc 21 (continuação)

AACR2						RDA					
CAMPO	IND1	IND 2	SUBCAMPO	TEXTO		CAMPO	IND 1	IND 2	SUBCAMPO	TEXTO	
260	#	#	\a	Princeton, NJ :		260	#	#	\a	Princeton New Jersey :	
			\b	Princeton University Press,					\b	Princeton University Press,	
			\c	c 1999					\c	copyright 1999.	
260	#	#	\a	[S.l. :		260			\a	[Lugar de publicação não encontrado] :	
			\b	S.n.],					\b	[Editor não identificado],	
			\c	1909					\c	1909	
Local de Publicação						Sem Local de Publicação					

Fonte: Adaptado de Modesto (2010 apud HATSEK; HILESHEIN, 2015, p. 16)

Como pode ser observado, foi utilizado o formato bibliográfico nos códigos de catalogação. Percebe-se as descrições quanto as informações avistadas, porém, é reconhecível que a norma RDA propõe melhor descrição quanto a informação dada. Já constatado ao longo deste estudo, a nova norma contempla discorrer um exame minucioso quanto aos dados bibliográficos dispostos, visando atender as necessidades dos usuários. Constata-se a divergência entre os códigos e o oferecimento de maiores elementos pelo novo código, indicadas pela definição do dado, com os campos 336 (tipo de conteúdo), 337 (tipo de mídia) e 338 (tipo de suporte).

A adequação do Recursos: Descrição e Acesso à aplicação dos padrões metadados, retrata um cenário de viabilização do registro na catalogação eletrônica, as funções disponibilizadas permitem que um conteúdo informacional seja compartilhado e recuperado, desempenhando a visualização dos dados nas tarefas em uma unidade de informação.

O padrão Dublin Core, recebe o nome da cidade de Dublin, em Ohio, pelo motivo de ter havido um seminário organizado pelo Online Computer Library Center (OCLC) e o National Center for Supercomputing Applications (NCSA), na década de 1990, para discutir um instrumento que descrevesse os objetos eletrônicos em rede (MEY; SILVEIRA, 2009). O metadado Dublin Core busca descrever os objetos digitais disponíveis em uma Web.

[...] o Dublin Core pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. É a catalogação do dado ou descrição do recurso eletrônico. A expectativa é que autores ou websites sem conhecimento de catalogação sejam capazes de usar o Dublin Core para descrição de recursos eletrônicos, tornando suas coleções mais visíveis pelas máquinas de busca e sistemas de recuperação (SOUZA; VENDRUSCULO; MELO, 2000, p. 93 apud HOLANDA; LOURENÇO, 2021, 873).

A iniciativa do Dublin Core apresenta quinze elementos para os padrões de descrição, conforme Holanda e Lourenço (2021, p. 873) a abordagem pela norma ISO 15836, dita que são os:

Título (title), Criador (creator), Assunto (subject), Descrição (description), Publicador (publisher), Colaborador (contributor), Data (date), Tipo (type), Formato (format), Identificador (identifier), Fonte (source), Idioma (language), Relação (relation), Cobertura (coverage), Direitos Autorais (rights).

Metadata Object Description Schema – MODS, concebido pela Library of Congress Network Development and MARC Standard Office, em 2002, é um sistema de elementos derivado do formato MARC, a princípio criado para o uso em bibliotecas, todavia também pode ser utilizada em outros âmbitos e expresso por meio de uma versão XML (MODS, 2018, tradução nossa apud HOLANDA; LOURENÇO, 2021).

O MODS deve complementar outros formatos de metadados e fornecer uma alternativa entre um formato de metadados muito simples, com um mínimo de campos e pouca ou nenhuma subestrutura (por exemplo, Dublin Core) e um formato muito detalhado com muitos elementos de dados com várias complexidades estruturais, como MARC 21 (HOLANDA; LOURENÇO, 2021, p. 873).

Se encaminhando entorno dos padrões descritos que podem ser codificados pelo RDA, pontuados por Oliver (2011). Líderes discutem sobre o relacionamento e a interoperabilidade pautada no RDA e o BIBFRAME (RDA STEERING COMMITTEE, 2022b, online).

A Library of Congress lançou, em maio de 2011, *Bibliographic Framework Initiative*, também chamado de BIBFRAME, com a finalidade de melhor atender as necessidades descritivas atuais e futuras, na qual, objetiva visualizar e, em longo prazo, implementar uma nova abordagem bibliográfica para bibliotecas, que seja centralizado na web e que favoreça a interconectividade de informações em conformidade com a RDA (HOLANDA; LOURENÇO, 2021, 874).

Bibliographic Framework Initiative (BIBFRAME) é um assunto que está sendo impelido como substituto do MARC 21, surgindo com o preceito de dispor uma nova aplicação dos formatos na descrição dos dados, impulsionado pela utilização de seus benefícios nas questões dos ambientes digitais.

[...] o BIBFRAME constitui-se em iniciativa para tornar os recursos informacionais representados pelo Formato MARC 21 mais acessíveis em ambientes digitais, uma vez que busca estabelecer relações com outros padrões de metadados, acomodar os dados advindos das instruções do RDA e, ao mesmo tempo, garantir que o legado do padrão MARC 21 não se perca em meio às novas necessidades dos ambientes digitais (LIBRARY OF CONGRESS 2012a apud SILVA; SANTAREM SEGUNDO; ZAFALON; SANTOS, 2017, p. 145).

Segundo Holanda e Lourenço (2021, p. 874) “O vocabulário BIBIFRAME é formado por um conjunto de Classes e Propriedades que representam formalmente entidades, suas características e relacionamentos”.

O processo de implementação de tais ferramentas, atribuídas aos princípios de catalogação, determinam as mudanças nas estruturas e facilita o caminho para o usuário. Para Oliver (2011, p. 61) “A estrutura de base permite flexibilidade e extensibilidade e assegura a coerência ao funcionar como marco de referência com o qual será testada qualquer expansão futura do conjunto de elementos de dados”.

Recursos: Descrição e Acesso apresenta os aspectos da informação que engloba todos os tipos de recurso e potencializa as buscas, se tornando significativo para o usuário: o tipo de conteúdo, o tipo de mídia e o tipo de suporte. O tipo de conteúdo é perceber o conteúdo que é expresso e em como é assimilado pelos sentidos humanos; o tipo de mídia é um atributo que faz a diferença das manifestações, permitindo a recuperação, organização da construção dos dados e categorização dos tipos de recursos; o tipo de suporte categoriza os tipos de recursos e permite seu detalhamento. Dessa forma, a dimensão dessas diretrizes permite registrar os dados, proporcionando o emprego da variedade dos termos, alternativa essa com o intuito principal de incluir todos os tipos de recursos no processo da catalogação (OLIVER, 2011).

Na nova norma, o modo de publicação é uma inovação única que contribui para o aprimoramento na representação das informações, cuja ideia:

Trata-se de um elemento que pode ser registrado na descrição de cada recurso e que ajuda a identificá-lo. Os termos empregados no modo de publicação são: volume único, livro em vários volumes, publicação seriada e recurso integrado. Além de ser um elemento descritivo, o modo de publicação também continua a desempenhar um papel importante na descrição completa do recurso porque afeta a escolha da fonte de informação que será usada como base da descrição (OLIVER, 2011, p. 68-69).

A RDA desperta um novo contexto informacional, propondo um desenvolvimento que reúne os instrumentos responsáveis pelo domínio dos sistemas, adequados a harmonizar as necessidades descritivas, desse modo, “[...] introduz um novo enfoque na categorização de aspectos técnicos e de conteúdo de um recurso” (OLIVER, 2011, p. 61). Referindo-se à descrição como um procedimento adotado nos serviços técnicos no trato dos recursos, tal dinâmica corrobora para o controle que proporciona o aperfeiçoamento do material bibliográfico.

A seção seguinte descreve a metodologia deste trabalho, e apresenta uma construção descritiva do desenvolvimento da nova norma que já está sendo implementado em território nacional e alterando as regras da catalogação. Será explorado através de uma coleta de dados, os trabalhos publicados e as fontes que alimentam a temática da pesquisa. Novas expectativas na representação descritiva são motivos de impacto que impulsionam a área da Biblioteconomia.

4 METODOLOGIA

Recursos: Descrição e Acesso é um instrumento que apresenta uma nova perspectiva para a área de Catalogação, sobretudo nos avanços que sucederam ao longo do tempo. Nas seções anteriores foram apresentadas a trajetória do objeto de pesquisa, através da construção mediante ao acesso à literatura especializada que contribuiu cientificamente para o desenvolvimento deste estudo, desde o princípio da representação dos documentos bibliográficos a implicação da concepção da RDA.

Em conformidade às palavras de Gil (2011, p. 9) “a adoção de um ou outro método depende de muitos fatores: da natureza do objeto que se pretende pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e sobretudo da inspiração filosófica do pesquisador”. Sendo assim, a metodologia configura-se pela construção dos procedimentos sistematizados apresentados pelas técnicas e métodos que conduzem na elaboração de uma pesquisa. A autora Minayo (1994, p. 22) descreve que “a metodologia explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela”.

Dessa forma, este estudo possui o intento de analisar a produção científica sobre o RDA no Brasil. Para isso, identificar base de dados nacional que reúna trabalhos publicados que apontem para o assunto estudado neste projeto. E acrescentando, nesta etapa metodológica realizou-se uma pesquisa bibliográfica na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) completando-se assim o cumprimento dos objetivos deste projeto.

Trata-se de estudo exploratório, com abordagem qualitativa e quantitativa de natureza bibliográfica visando esclarecer como a RDA vem sendo introduzida na literatura brasileira, bem como sua utilização no território nacional.

4.1 COLETA DE DADOS

Para realização da coleta de dados identificou-se a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), cujo acervo reúne cerca de 57 títulos de periódicos da área de Ciência da Informação, ou seja, Biblioteconomia e Arquivologia, estando indexados artigos publicados em revistas científicas e profissionais das áreas desde 1972 até os dias atuais.

Os termos de busca que serão utilizados se baseiam nas formas encontradas que são citadas no trabalho de Assumpção e Santos (2013) da qual estão elencados em:

Quadro 17 – Termos de busca

Palavras-chave e sinônimos	Resource Description and Access; RDA; Descrição de Recursos e Acesso; Descrição do Recursos e Acesso; Descrição e Acesso de Recursos; Recursos: Descrição e Acesso.
-----------------------------------	--

Fonte: Assumpção e Santos (2013)

A partir da busca realizada com os termos propostos que abordam a temática, foram recuperadas o total dos números das publicações para cada termo indexado na BRAPCI:

Quadro 18 – Termos indexados na BRAPCI

Data	Palavras-chave e sinônimos	Total de publicações
20/01/2023	Resource Description and Access	37
20/01/2023	RDA	64
20/01/2023	Descrição de Recursos e Acesso	22
20/01/2023	Descrição do Recursos e Acesso	20
20/01/2023	Descrição e Acesso de Recursos	22
20/01/2023	Recursos: Descrição e Acesso	57

Fonte: elaborado pela autora (2023)

As buscas realizadas na data apontada, identificaram que ao aplicar a seguinte estratégia de busca, notou-se que apesar dos diversos sinônimos que representam a nova norma, ao constituir um agrupamento para melhor análise dos dados, as informações reveladas desse número total se encontravam com duplicidade. Desse modo, foi sintetizado e determinado que dentre todas as palavras-chave empregadas, os termos que mais abrangem os documentos e diminuem a duplicidade a partir da recuperação apresentada, são os termos: RDA e Recursos: Descrição e Acesso. Isto posto, o método de eliminação adquirido tem a finalidade de aprofundar-se no trabalho contribuindo para o aperfeiçoamento da atividade científica.

5 RESULTADOS ENCONTRADOS

Segundo os resultados encontrados de acordo com o estudo que analisa as produções científicas, como já demonstrado no “**Quadro 18** – Termos indexados na BRAPCI” da subseção anterior, foram categorizadas as palavras-chaves com relação à temática da RDA e seus diversos sinônimos. O processo utilizado pelos termos, definiram que em relação aos documentos recuperados constituíam-se por: duplicatas; documentos cujo escopo não se baseavam na nova norma; e fontes de informação de origem estrangeira, não caracterizado como uma literatura originária de base nacional, cuja abordagem é uma informação relevante por um procedimento adotado pela autora (2023) ao tabular somente produções científicas de nível nacional. Esses princípios determinados foram o método que definiram a estratégia escolhida.

Portanto, o sistema de pesquisa foi delimitado selecionando os termos que efetuaram a maior recuperação perante a busca definida, elegendo assim, os seguintes termos:

Quadro 19 – Delimitação dos termos de busca do RDA

Data	Palavras-chave e sinônimos	Número total das publicações
20/01/2023	RDA	64
20/01/2023	Recursos: Descrição e Acesso	57

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Desse modo, foi utilizado como termo base “RDA”, por haver um maior número de publicações, e adicionando também a coleta de dados o termo secundário “Recursos: Descrição e Acesso”. Entendendo-se como termo base e termo secundário ocorre pela subtração das duplicatas. Pela temática, há um entendimento lógico de que a busca *a priori* pelo termo base, e utilizando-se após o termo secundário, a duplicidade dos documentos pela busca primária se sobrepõe à busca secundária, dessa forma, pode ser exemplificado no quadro abaixo:

Quadro 20 - Duplicidade na busca dos termos

Data	Palavras-chave e sinônimos	Número total das duplicatas
20/01/2023	RDA	4
20/01/2023	Recursos: Descrição e Acesso	7
20/01/2023	RDA e Recursos: Descrição e Acesso	9
–	–	20

Fonte: elaborado pela autora (2023)

O processo aplicado na pesquisa foi eliminar de modo subsequente as duplicatas, em que foi desenvolvido a prática a princípio no termo base, executando logo após o termo secundário, para enfim fazer a verificação dos dois termos, utilizando a aplicação do termo “RDA” como técnica principal para traçar as duplicatas do termo “Recursos: Descrição e Acesso”, na qual obteve-se a totalidade de seu número.

Na recuperação da busca realizada foi determinado a organização dos dados selecionando alguns princípios. Diante da análise constatada dos documentos recuperados, concluiu-se que por meio do objetivo central ser a nova norma disseminada no país, considerar a cobertura das produções científicas delimitando a identificação dos dados da seguinte maneira: ignorar as duplicatas, ignorar os documentos fora do âmbito do RDA, ignorar as fontes de informação de base internacional.

5.1 ANÁLISE DE DADOS

Para a elaboração deste estudo metodológico introduziu-se algumas etapas que são analisadas produções científicas do RDA no Brasil:

- I) relatar o histórico e evolução da catalogação;
- II) descrever os elementos que envolvem a constituição da nova norma;
- III) identificar como o termo RDA e seus correlatos podem ser encontrados na literatura

nacional;

IV) levantar a produção científica acerca da temática RDA em base de dados nacional;

V) traçar as fontes que alimentam o desenvolvimento do objeto de estudo.

Na primeira etapa, pode ser avistada o desenvolvimento histórico da catalogação mediante a construção instituída pela pesquisa bibliográfica, embasada pelos estudos verificados pelo progresso evolutivo da área, a nível internacional e nacional.

Na segunda etapa, é constatado os conteúdos que concebem o desenvolvimento da norma Recursos: Descrição e Acesso (RDA) observada pelos elementos dos modelos conceituais, código de catalogação e formato bibliográfico.

Na terceira etapa, foi desempenhada a apuração das palavras-chave e seus sinônimos, encontrados em documentos de literatura nacional.

Na quarta etapa, ao ser levantado os documentos identificados pela realização do estudo da nova norma, assegurando a maior abordagem dos termos elencados ao delimitar o objeto de pesquisa com a soma dos descritores “RDA” e “Recursos: Descrição e Acesso”, desenvolveu-se uma organização quanto às publicações das produções científicas, reconhecidos na base de dados BRAPCI.

Na quinta etapa, é percebido a participação de diversos documentos recuperados ao conferir a representação do assunto estudado nas correntes de pesquisas do campo da Biblioteconomia na literatura nacional.

Diante dos documentos recuperados o estudo se torna minucioso quanto ao seu resultado. No quadro abaixo pode-se avistar as categorias determinadas quanto as produções científicas analisando os resultados e selecionando melhor a perspectiva de estudo:

Quadro 21 – Categoria dos resultados diante dos dois dos termos elencados

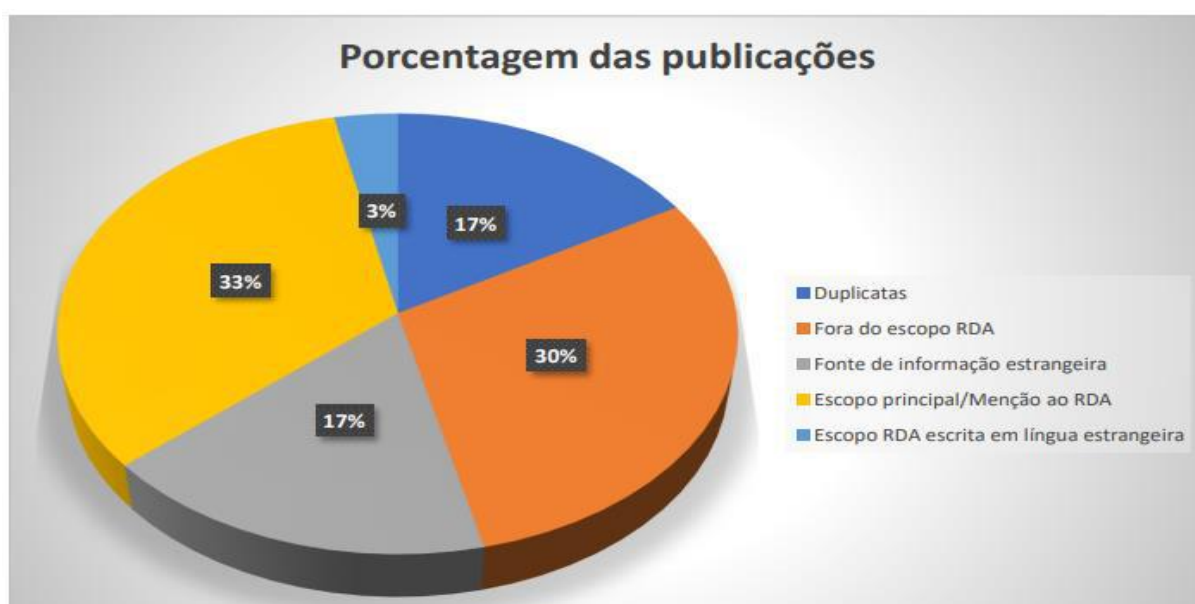
Data	Categoria	Resultados
20/01/2023	Duplicatas	20
20/01/2023	Fora do escopo RDA	36
20/01/2023	Fonte de informação estrangeira	21

20/01/2023	Escopo principal/Menção ao RDA	40
20/01/2023	Escopo RDA de idioma estrangeiro	4

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Abaixo os resultados das publicações também podem ser demonstrados em porcentagem a partir das categorias que nortearam o vislumbre da pesquisa:

Gráfico 1 – Porcentagem das publicações



Fonte: elaborado pela autora (2023)

No “**Quadro 19** – Delimitação dos termos de busca do “RDA”, a quantidade dos documentos que contemplam o assunto da nova norma, segundo o termo “RDA” obteve o resultado de 64 documentos e o termo “Recursos: Descrição e Acesso” o resultado de 57 documentos. Nesse ínterim, foi discorrido o tratamento quanto aos textos, constituídos pelas categorias: duplicatas com o número de 20 publicações com a porcentagem de (17%) que foram eliminadas da pesquisa; fora do escopo RDA, são os textos que detém o objetivo central de não se destinar a descrever a nova norma, com o total de 36 publicações contabilizadas em (30%); fonte de informação estrangeira, são os documentos cuja instituição publicadora tem origem internacional, com o total de 21 publicações avaliados em (17%); escopo principal/menção ao RDA, são as publicações que evidenciam o RDA ou demonstram o conteúdo no texto – a partir

de uma citação direta ou indireta não especificamente pela construção da temática em seu texto – a partir do indexador identificado pelo termo apresentado, resultando em 40 publicações provando em (33%); escopo RDA de idioma estrangeiro, são as produções científicas em outro idioma senão do português brasileiro, porém publicadas em instituição brasileira caracterizando como de origem nacional, com o resultado de 4 publicações e o fator de (3%).

No quadro abaixo é possível visualizar as fontes publicadoras que apresentam as pesquisas desenvolvidas relacionadas ao tema que colaboram com os avanços encontrados no Brasil:

Quadro 22 – Fontes publicadoras

Fontes publicadoras	Resultados
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	4
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	3
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	4
Transinformação	3
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	3
Informação & Sociedade: Estudos	3
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	6
CRB8 Digital	2
Biblionline	2
Informação & Informação	2
Brazilian Journal of Information Science	1
Em Questão	2

Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	3
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	1
Perspectivas em Ciência da Informação	1
Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas	1
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	2
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	1
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	1

Fonte: elaborado pela autora (2023)

De acordo com o resultado, contam com 19 fontes de publicações que disseminam estudos sobre a temática, juntos já publicaram 45 documentos que contribuem com mais informação e conhecimento para a comunidade científica e acadêmica. Nestes dados foram considerados as categorias: escopo principal/menção ao RDA e escopo RDA de idioma estrangeiro, que se destacam na área da catalogação nacional. Dessas categorias, ainda foram analisadas os seus anos, evidenciados no “**Gráfico 2** – Número de publicações por ano”.

Conforme já mencionado no trabalho, na subseção “**3.3 RDA**”, no ano de 2009, realizou-se uma movimentação ao receber comentários sobre o rascunho do RDA, com o objetivo de revisar e divulgá-la naquele mesmo ano (ASSUMPCÃO; SANTOS, 2009); nesse ínterim, o novo código de catalogação foi publicado em 2010 (SALM; HILLESHEIM, 2019); ano em que foi lançado oficialmente a ferramenta online RDA *Toolkit*. Em relação a esses fatos, baseando-se no período cronológico, foi definido neste estudo, percorrer a produtividade científica do RDA no ano de 2009 ao ano de 2023.

Os resultados apontaram que na comunidade bibliotecária, considerando as categorias: escopo principal/menção ao RDA e escopo RDA de idioma estrangeiro, entre o ano de 2009 a 2022, obteve-se a coleta no período delimitado:

Gráfico 2 – Número de publicações por ano

Fonte: elaborado pela autora (2023)

No período compreendido, a realidade das publicações não chama a atenção quando o ponto é disseminar informações a partir das produções científicas. No quadro abaixo poderá ser evidenciado a totalidade da coleta considerando seus anos:

Quadro 23 – Coleta das publicações por ano

Ano	Total
2009	1
2010	0
2011	0
2012	3
2013	4
2014	4
2015	2

2016	3
2017	5
2018	2
2019	4
2020	7
2021	6
2022	4

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Apesar do assunto RDA levar anos anteriores ao primeiro ano definido no estudo, somente em 2009, com o resultado de 1 documento, através do texto intitulado “*El objeto de la catalogación en el marco de las RDA*” da autora Paola Picco³³, é difundido no Brasil pela BRAPCI, e curiosamente o artigo está escrito em um idioma estrangeiro, mas publicado no território; no ano de 2010, com o lançamento oficial do *RDA Toolkit*, e o ano de 2011, ano posterior ao divulgado, seu resultado é nulo; nos anos posteriores os números são consideráveis, mas provam um ponto interessante da necessidade de disseminar mais trabalhos sobre a nova norma, auxiliando na área do conhecimento.

³³ PICCO, P. El objeto de la catalogación en el marco de las rda. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 28, p. 150-162, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37245>. Acesso em: 02 maio 2023.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sobre a nova norma são um avanço na área da catalogação e sobretudo nos catalogadores. Com o surgimento de um mundo digital, demonstrou que precisava de uma introdução inovadora nas diretrizes da representação descritiva, examinando os elementos de descrição e o acesso à informação. “A descrição é uma técnica utilizada para representar documentos, produzindo uma mensagem por meio dos elementos que identificam o objeto, motivo pelo qual parte inicialmente do conhecimento que se tem do objeto” (TOLENTINO; ORTEGA, 2016, p. 14).

Ao esbarrar com os materiais impressos e em anos posteriores os materiais tecnológicos, iniciou-se a necessidade de um controle bibliográfico nos suportes físicos e digitais. Como foi avistado, a reexaminação por uma nova norma a partir do AACR2, o alinhamento com os modelos conceituais e dentre outras associações com os formatos bibliográficos gerou um impacto necessário na catalogação.

No contexto das bibliotecas nacionais, algumas instituições aderiram ao processo de padronização, enquanto outras implementaram em seu sistema, e de resto ainda estudam a aplicação em sua unidade de informação. A conversão da norma é uma condição não somente da barreira linguística, mas especialmente a educação continuada dos profissionais e preparo da penetração nos ensinos de Biblioteconomia, de igual forma, com o custo de licenciamento de modo a acessar a ferramenta.

A coleta das produções científicas perante a base de dados BRAPCI demonstraram a teoria e a aplicação da prática na elaboração das pesquisas. O distanciamento que a questão RDA e sua abordagem na literatura nacional possibilita verificar propostas que ressaltam a importância na tentativa de resolver a atualização de uma nova norma. Para isso, no atual cenário discorre discussões entre os especialistas para a implementação do tema que ainda é objeto de estudo no país. A adoção da atividade da nova norma encontra limitações quanto a língua e capacitação dos profissionais.

Não obstante, a ALA Publishing em nome dos Detentores dos Direitos Autorais do RDA, iniciou um compromisso com a FEBAB, em que esta iniciará a tradução da norma, sendo responsável em distribuir as assinaturas do RDA *Toolkit* no Brasil, disponível *online* através da

ferramenta e traduções para o idioma local dos documentos impressos oficiais da RDA³⁴. (RDA TOOLKIT, 2022b, online).

Desse modo, há um potencial de que em breve o avanço do trabalho da norma dispor de uma atuação assídua a nível nacional através desse desenvolvimento colaborativo. Decorre uma necessidade de futuros estudos a fim de que haja uma capacitação profissional aos bibliotecários, buscando aprimorar o conhecimento quanto a técnica da nova norma.

A concepção do Recursos: Descrição e Acesso é proporcionar a integração dos diversos suportes e melhorar o acesso informacional. O incentivo a pesquisas facilita o aprendizado e incentiva as relações na representação do documento, promovendo modificações na área da catalogação, viabilizando a proficiência e utilização do RDA.

³⁴ Para o acesso à notícia: <https://www.rdatoolkit.org/node/278>.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. **Instrumentos de Representação Descritiva da Informação**. Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia - FACC/UFRJ, 2018. *E-book* (134 p.). ISBN 978-85-85229-21-4.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Claustrom sine armario sicut castrum sine armentario: as bibliotecas beneditinas na Idade Média. **Análise & Síntese**, v. 6, p. 135-151, 2004.

ARONOVICH, Giselda Brasil; ALVES, Marília Amaral Mendes; DIAS, Suely. Processos de automação na Biblioteca Nacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 13, n.2, p. 195-204, 1985.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A utilização do resource description and access (rda) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 37, p. 203-226, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p203. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39488>. Acesso em: 01 out. 2022.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. RDA - Resource Description and Access: objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso. *In*: Congresso de Iniciação Científica da UFSCar, 2009, São Carlos, SP. XVII Congresso de Iniciação Científica da UFSCar, 2009, São Carlos. **Anais de eventos da UFSCar**. São Carlos, SP: UFSCar, 2009.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2007. ISBN 978-85-85637-33-0.

BARBIER, Frédéric. **História das Bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: Edusp, 2019.

BUFREM, Leilah Santiago; COSTA, Francisco Daniel de Oliveira; GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino; PINTO, José Simão de Paula. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010.

CARVALHO, Ana Maria Ferreira de; SANTOS, Maria José Veloso da Costa; ALVES, Nadir Ferreira. Os conceitos básicos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICS) para o entendimento dos FRBR: a experiência da UFRJ. *In*: I Encontro Nacional de Catalogadores e III Encontro de Estudos e Pesquisa em Catalogação, 2012, Rio de Janeiro. **I ENACAT e III EEPC**: Trabalhos apresentados. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação, 2012. v. 1. p. 1-11.

CIDOC CRM: Family Models and Collaborations. **FRBROO functional requirements for bibliographic records**. [S.l.]: ICOM/CIDOC Documentation Standards Group, [S.d.]. Disponível em: <https://www.cidoc-crm.org/frbroo/short-intro-frbroo>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CUNHA, Bruno Augusto Carvalho; ESPÍRITO SANTO, Iasmine do. O modelo FRBR como base para análise de catálogo em biblioteca universitária. *In*: I Encontro Nacional de Catalogadores e III Encontro de Estudos e Pesquisa em Catalogação, 2012, Rio de Janeiro. **I ENACAT e III EEPC: Trabalhos apresentados**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos e Pesquisas em Catalogação, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

HATSEK, Iuri Noimann; HILLESHEIM, Araci Isaltina Andrade. Resource Description and Access (RDA) e as mudanças na catalogação. *In*: IX EIC - Encontro Internacional de Catalogadores e II Enacat - Encontro Nacional de Catalogadores, IX EICe, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, 2015.

HOLANDA, Paulo Marcelo Carvalho; LOURENÇO, Cintia de Azevedo. Narrativas sobre a RDA: impressões dos catalogadores da UFMG. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 866–886, 2021. DOI: 10.26512/rici.v14.n3.2021.38550. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/38550>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IFLA STUDY GROUP ON THE FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS. **Functional requirements for bibliographic records: final report**. München: K. G. Saur, 1998.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração dos princípios internacionais de catalogação (PIC)**. Tradução de Marcelo Votto Teixeira. Holanda: IFLA, 2016. Título original: International Conference on Cataloguing Principles.

INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Definition of FRBRoo**: a conceptual model for bibliographic information in object-oriented formalism. Netherlands: IFLA, 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model**: um modelo conceitual para a informação bibliográfica. Tradução de Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli; José Fernando Modesto da Silva; Lilians Giusti Serra; Luiza Wainer; Marcelo Votto Texeira; Raildo de Sousa Machado; Zaira Regina Zafalon. Netherlands: IFLA, 2017. Título original: IFLA Library Reference Model: a conceptual model for bibliographic information. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/47>. Acesso em: 17 jul. 2023

MACHADO, Raquel Bernadete; PEREIRA, Ana Maria. Aspectos da Catalogação e do RDA: contribuições teóricas da literatura nacional e internacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 22, n. 49, p. 89–101, 2017. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v22n49p89. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n49p89>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. **Catalogação: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. *E-book* (128 p.). ISBN 978-65-5942-000-1. Disponível em:

www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336. Acesso em: 02 out. 2022.

MELO, Maria Antônia Fonseca; BRÄSCHER, Marisa. Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD): entidades, atributos e relacionamentos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 102–119, 2014. DOI: 10.20396/rdbci.v12i2.1605. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1605>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**.

Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009. ISBN 978-85-85637-39-2.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MODESTO, Fernando. **O bibliotecário de catalogação e a atenção com o IFLA LRM**.

[S.l.]: Infohome, 2021. Disponível em:

https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=1302. Acesso em: 19 mar. 2023.

MODESTO, Fernando. **O divórcio do catalogador: AACR2 ou RDA**. [S.l.]: Infohome,

2010. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=559 Acesso em: 22 fev. 2023.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 20–38, 2005.

DOI:110.20396/rdbci.v3i1.2052. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2052>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MUELLER, Suzana. O ensino de biblioteconomia no brasil. **Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, 1985. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/22018>. Acesso em: 06 dez.

2022.

OLIVEIRA, Rhuan Henrique Alves de; CASTRO, Fabiano Ferreira de; JESUS, Ananda Fernanda de. O impacto do modelo IFLA Library Reference Model na prática catalográfica: casos de uso, vantagens e desvantagens. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 359–386, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245274.359-386. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/113013>. Acesso em: 19 mar. 2023.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução: Antonio Agenor Briquet Lemos. Brasília, DF: Briquet Lemos, 2011. p. 153. Título original: Introduction RDA: a guide to the basics. ISBN 978-85-85637-45-3.

PALHARES, Maria Cristina; SILVA, Andréa de Benedetto; OLIVEIRA, Fábio Moreira de. Proposta de catalogação para acervo de indumentárias do museu da imigração de São Paulo. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 94-123, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121263>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **3R Project Frequently Asked Questions**. [S.l.], 2020. Disponível em: <http://rda-rsc.org/node/551>. Acesso em: 26 mar. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **About RDA**. [S.l.], 2022a. Disponível em: <http://rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 26 mar. 2023.

RDA STEERING COMMITTEE. **RDA frequently asked questions**. [S.l.], 2022b. Disponível em: <http://rda-rsc.org/content/about-rda>. Acesso em: 26 mar. 2023.

RDA TOOLKIT: Resource Description & Access. [S.l.], 2022a. Disponível em: <http://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RDA TOOLKIT: Resource Description & Access. **New translation agreement for RDA**. [S.l.], 2022b. News & Information. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/node/278>. Acesso em: 02 maio 2023.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010.

SALM, Jackson; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. Catalogação de jogos eletrônicos. **Biblionline**, v. 15, n. 2, p. 3-20, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4775.2019v15n2.45378. Acesso em: 24 mar. 2023.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acesso em: 04 jan. 2023.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira; SERRA, Liliana Giusti; CASSARES, Norma Cianflone; VALENCIA, Norma Cianflone. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica resource description and access (rda). **CRB8 Digital**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9835>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, José Fernando Modesto da; HÜBNER, Marcos Leandro Freitas. Cutter e o objetivo do catálogo na Representação Descritiva sob a AACR e a RDA. *In*: Encontro de RDA no Brasil, 1., 2019, Florianópolis, SC. **Anais do [...]**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2019.

SILVA, José Fernando Modesto da. Panorama da Catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. **Congresso [...]**. São Paulo: FEBAB, 2007.

SILVA, Luciana Candida da; SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; ZAFALON, Zaira Regina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. O código RDA e a iniciativa BIBFRAME: tendências da representação da informação no domínio bibliográfico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 130–156, 2017. DOI: 10.19132/1808-5245233.130-156. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/69549>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 219-237, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362008000200014>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; COSTA, Wellington Freire Cunha. Descrição de recursos em ambientes digitais: o modelo FRBRoo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)**, v. 16, p. 1-15, 2020.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PAES, Denyse Maria Borges. Ferramentas tecnológicas na representação descritiva de documentos: abordagem como conteúdo e como instrumentos. **Biblionline**, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16767>. Acesso em: 28 mar. 2023.

TOLENTINO, Vinicius de Souza; ORTEGA, Cristina Dotta. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 2–18, 2016. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n46p2. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p2>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. Modelo frsad como base para a representação temática na descrição arquivística. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 2, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n2.38326. Acesso em: 11 mar. 2023.